



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Larissa Salete Zotti

Entre a dor e o agir cotidiano: As condições de reprodução social das mulheres e mães moradoras do Morro da Penitenciária em Florianópolis (SC)

Florianópolis

2024

Larissa Salete Zotti

Entre a dor e o agir cotidiano: As condições de reprodução social das mulheres e mães moradoras do Morro da Penitenciária em Florianópolis (SC)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social

Orientador: Ricardo Lara

Florianópolis

2024

Zotti, Larissa Salete

ENTRE A DOR E O AGIR COTIDIANO: : As condições de reprodução social das mulheres e mães moradoras do Morro da Penitenciária em Florianópolis (SC) / Larissa Salete Zotti ; orientador, Ricardo Lara, 2024.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Trabalho. 4. Reprodução Social. I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Larissa Salete Zotti

Entre a dor e o agir cotidiano: As condições de reprodução social das mulheres e mães moradoras do Morro da Penitenciária em Florianópolis (SC)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso Serviço Social.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2024.



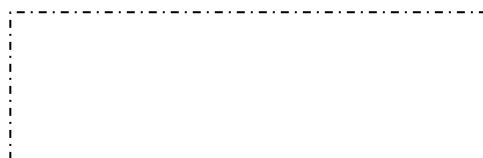
Coordenação do Curso

Banca examinadora



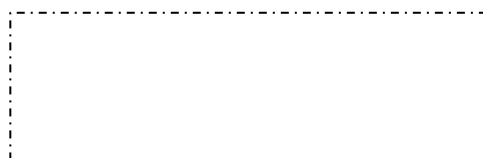
Prof.(a) Ricardo Lara Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Edivane de Jesus Dr.(a)

Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.(a) Nalá Ayalén Sánchez Caravaca Dr.(a)

Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar expressando meu agradecimento aos meus pais que me deram todo apoio possível durante esse processo. Durante a pesquisa, não pude deixar de lembrar dos momentos em que eu fui cuidada com tanta ternura; por isso, sou grata à minha mãe Lizete por sempre ter sido minha referência de força e resiliência, além de ser a primeira narrativa de *mãe* e *mulher* com a qual tive contato, e que continua me inspirando. Obrigada ao meu pai, que está sempre disposto a ensinar, com suas próprias batalhas, que é preciso ter calma e coragem. Tenho profunda admiração por vocês.

Agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo durante esse processo, em especial, considerando os acidentes que vivi no meio do caminho rs.

A Maria, não só por ter me emprestado seu notebook durante a maior parte desse semestre, mas principalmente por ter me dado puxões de orelha e apoio emocional nesse caminhar. Obrigada pelas louças lavadas e pela casa organizada nos momentos em que estive mais atribulada com a graduação. Obrigada pelo cuidado, espero te compensar nos momentos de realizações que você passará.

Ao Vinícius, que, da mesma forma, me incentivou e me ajudou em diversos momentos em que acreditei que não daria conta de tornar o término de curso possível, obrigada pela paciência. Agradeço ao Thiago pelas dicas, macetes e indicações referenciais que usufruí bastante durante minha trajetória acadêmica. Ao Erick, por ter me enriquecido com nossas trocas, nossas conversas, empréstimo de livros e referências literárias que me servem de inspiração. À Giselle, que me ouviu falar tanto sobre as angústias no meio do caminho.

Agradeço a Bárbara, que foi um ser um de luz nos momentos que precisei nesses últimos semestres, obrigada por nossas conversas, por sua companhia e seu cuidado. Sinto muito por ter ficado tão pouco tempo em nossas vidas. De qualquer forma, espero que você encontre paz.

Enfim, agradeço a todos que foram rede de apoio durante minha graduação, cito também a Fran, a Isabel, o Ruan e a Thay, obrigada por abrir espaço para espalhar e para rir das tragédias da vida. À minha família e amigos, obrigada pela compreensão quando estive ausente.

Agradeço aos professores e ao aporte acadêmico de pesquisa e ensino da Universidade Federal de Santa Catarina e do curso de Serviço Social. Nesses

espaços, agradeço ao orientador Ricardo Lara, que acolheu a proposta da pesquisa e contribuiu de forma concisa para sua realização.

Agradeço também a vários outros professores que tive a sorte de conhecer durante esse processo. Eles foram fundamentais não apenas para o ensino da formação profissional em Serviço Social, mas também por contribuírem para a construção de uma base teórica crítica que me é útil em diversos campos da vida.

Agradeço a toda equipe da Casa da Criança do Morro da Penitenciária em especial a Veronice Sutilli, minha orientadora de campo. A confiança e o suporte recebidos da equipe foram fundamentais para minha formação. Sou especialmente grata pela oportunidade de ter aberto esse campo de estágio, foi e continua sendo uma experiência valiosa estar nesse espaço.

E, por último, não posso deixar de agradecer também às mulheres que se dispuseram a compartilhar suas histórias para a presente pesquisa. Reconheço que isso demandou uma organização prévia para que elas pudessem dedicar seu tempo, mas, para além disso, sou grata pela confiança que recebi ao ouvir suas histórias. Histórias que são carregadas de episódios complexos, de muita dor, luta e resiliência. É extremamente rico aprofundar-se nessas narrativas, sobretudo reconhecendo o valor dessa aproximação para qualificar a formação e o agir profissional.

Enfim, muito obrigada a todos os mencionados que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da pesquisa.

O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe,
mulher de pôr reparo nas coisas,
e de assuntar a vida.
A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe,
mulher prenhe de dizeres,
fecundados na boca do mundo.
[...]
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.
Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada
[...].

(CONCEIÇÃO, Evaristo, poema *De mãe*, 2008)

RESUMO

O território das comunidades periféricas urbanas, como aquelas localizadas no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, se estrutura a partir de processos de segregação espacial e econômica. Este estudo investiga as condições de reprodução social das mães trabalhadoras no Morro da Penitenciária, observadas durante o estágio em Serviço Social realizado na Casa da Criança do Morro da Penitenciária, em Florianópolis. A pesquisa teve como objetivo analisar as vivências dessas mulheres, suas condições de trabalho, moradia e maternidade, utilizando o método crítico-dialético para compreender as mediações entre o cotidiano dessas mães e as condições históricas, econômicas e sociais que moldam suas vidas. Foram realizados levantamentos de dados, análise documental e entrevistas abertas com mães de filhos vinculados à Casa da Criança e que residem na referida comunidade. Os resultados indicam que, no contexto da Casa da Criança, as mulheres assumem papel central no cuidado, na sobrevivência e na manutenção da família, enfrentando dificuldades econômicas e sociais agravadas pelas dimensões de classe, gênero e raça na sociedade capitalista. A pesquisa destaca as contradições e impasses que permeiam o contexto social das mães no Morro da Penitenciária, explorando estratégias de resistência e sobrevivência que se incorporam à dinâmica familiar e comunitária.

Palavras-chave: Reprodução social; Trabalho; Gênero.

ABSTRACT

The territory of urban peripheral communities, such as those located in the Maciço do Morro da Cruz in Florianópolis, is structured through processes of spatial and economic segregation. This study investigates the social reproduction conditions of working mothers in the Morro da Penitenciária, observed during a Social Work internship at the Casa da Criança do Morro da Penitenciária in Florianópolis. The research aimed to analyze these women's experiences, their working, housing, and motherhood conditions, using the critical-dialectical method to understand the mediations between their daily lives and the historical, economic, and social conditions shaping them. Data collection involved document analysis and open interviews with mothers of children enrolled at the Casa da Criança and living in the community. Results indicate that, within the Casa da Criança's context, women play a central role in caring for and sustaining their families, facing economic and social hardships exacerbated by class, gender, and racial dimensions in capitalist society. The study highlights the contradictions and challenges characterizing the social context of mothers in the Morro da Penitenciária, exploring resistance and survival strategies embedded in their family and community dynamics.

Keywords: Social reproduction; Labor; Gender.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CRESCIMENTO DAS FAVELAS EM FLORIANÓPOLIS E A OCUPAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.....	15
2.1 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	15
2.2 O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS.....	21
2.3 O MORRO DA PENITENCIÁRIA: A VIDA E O CONTEXTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE.....	27
2.4 A TRAJETÓRIA DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DO MORRO DA PENITENCIÁRIA.....	36
3 A CASA DA CRIANÇA E A COMUNIDADE NA ATUALIDADE.....	41
3.1 AS MULHERES, MÃES E TRABALHADORAS DA COMUNIDADE	44
3.2 VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DAS MULHERES DO MORRO DA PENITENCIÁRIA.....	46
4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO, GÊNERO E FAMÍLIA.....	50
5 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA – ENTREVISTA.....	66
APÊNDICE B –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE.....	67
ANEXO A - COMUNIDADES DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006	68
ANEXO B - COMUNIDADES DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006	69
ANEXO C - EVOLUÇÃO DA EXPANSÃO URBANA DO MACIÇO CENTRAL.....	69

1. INTRODUÇÃO

O território das comunidades periféricas urbanas, como as comunidades presentes no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, tem sua formação marcada por processos de segregação espacial e econômica. No caso da capital de Santa Catarina, esse conglomerado urbano localiza-se no centro da cidade e reflete as contradições e disparidades sociais em que os moradores convivem. Nesse contexto, a reprodução social das famílias, especialmente das mulheres trabalhadoras que são mães, assume características específicas. Essas mulheres não apenas lidam com a dupla jornada de trabalho e cuidado, mas também enfrentam desafios próprios a partir das condições em que vivem.

Em campo de estágio obrigatório em Serviço Social, realizado na Casa da Criança do Morro da Penitenciária, estive em contato direto com as demandas que envolvem o serviço de contraturno escolar oferecido às crianças e adolescentes de 6 a 17 anos pela instituição. A Casa da Criança, enquanto OSC (Organização da Sociedade Civil), adequou-se para atender aos estatutos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), mantendo convênio com a prefeitura de Florianópolis desde 2001. Diante do processo de terceirização da política social envolto desde a constituição do SUAS, a Casa da Criança passou a ser inserida como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Nesse formato, a Casa é mantida parcialmente pelos respectivos convênios, sendo expressiva sua manutenção por meio de parcerias na esfera privada e de editais de incentivos fiscais

Nesse campo de estágio, pude adentrar na história da Casa da Criança e na formação da comunidade por meio de registros documentais e narrativas, que forneciam pistas para caracterizar a relação do projeto com o território. Em 2023 e 2024, período de acompanhamento das atividades na Casa da Criança, o projeto atendia diretamente entre 140 e 155 crianças nos períodos da manhã e da tarde. Nesse contexto, estive envolvida na relação da Casa com as famílias atendidas, que chegavam ao Serviço Social da instituição com demandas diversas. Destacam-se o encaminhamento para os serviços da rede de saúde e assistência social, a orientação de pais e adolescentes para a inserção no mercado de trabalho, bem como o direcionamento para cursos ou formações. A relação entre a família e a

Casa da Criança deixava claro o protagonismo das mulheres no acompanhamento e cuidado de seus dependentes.

O que se notou é que essas crianças são cuidadas e amparadas especialmente pela figura materna, que, por vezes, vai além da própria mãe biológica, sendo assumida por uma tia, madrasta ou avó que está diretamente à frente das questões envolvendo os educandos no projeto. Nesse contexto, surgem as "sinucas de bico" enfrentadas no cotidiano do trabalho do assistente social. Para citar alguns exemplos, percebe-se que, quando surge a demanda para o encaminhamento ao mercado de trabalho, os caminhos quase imediatos lançam essa trabalhadora para empregos precários e mal remunerados. Além disso, a evasão dos adolescentes no projeto, geralmente indica que eles já não podem frequentar as oficinas de apoio pedagógico, artes e esportes, pois estão inseridos em um contexto que os empurra precocemente para contribuir na renda familiar. Ao lidar com o processo de desmonte das áreas de assistência social, saúde e previdência, destacam-se ainda os problemas relacionados ao atendimento das famílias nos serviços da rede. Esse cenário evidencia as contradições e os impasses frequentes da categoria profissional, especialmente quando esta se insere nas dinâmicas contraditórias do terceiro setor.

Diante disso, a experiência de estágio me conduziu a refletir sobre a realidade vivenciada por aquelas que movimentam o processo de reprodução social entre as famílias da comunidade vinculadas à Casa da Criança. Entende-se por reprodução social o processo de manutenção e renovação das condições de vida e da força de trabalho necessárias ao funcionamento da sociedade, movimento sustentado, em grande parte, pelo trabalho doméstico e de cuidado, atividades historicamente atribuídas às mulheres. Dessa maneira, a pesquisa teve como objetivo investigar as condições de reprodução social das mães trabalhadoras residentes no Morro da Penitenciária, em Florianópolis.

A aproximação com o objeto de estudo parte das condições reais e imediatas que se expressam na Casa da Criança, reconhecendo que a aproximação dessa realidade deve considerar não apenas a aparência ou a forma expressa, mas também sua essência, estrutura e dinâmica (NETTO, 2011). Nesse sentido, o método crítico-dialético foi central para conduzir a reflexão e o desenvolvimento da presente pesquisa. Esse método permite analisar as mediações que articulam o cotidiano das mães trabalhadoras com as condições históricas, econômicas e

sociais que dinamizam a totalidade das relações sociais em que elas estão inseridas.

Com esses pressupostos, foram analisadas e exploradas as vivências das mães atendidas pela Casa da Criança, identificando as expressões que compõem suas condições de trabalho, moradia e maternidade (objetivo específico 1). A relação das famílias com o território, percebida ao longo do estágio, conduziu a pesquisa a analisar a formação das comunidades em Florianópolis, com ênfase no Maciço do Morro da Cruz e no Morro da Penitenciária (objetivo específico 2). Além disso, como parte da realidade observada durante o estágio, foram exploradas as práticas e estratégias de resistência e sobrevivência desenvolvidas pelas mães trabalhadoras, bem como seus reflexos na dinâmica familiar e comunitária (objetivo específico 3).

A pesquisa que emergiu da experiência de estágio foi orientada por uma metodologia fundamentada no método crítico-dialético. Para tanto, foram utilizados procedimentos qualitativos e documentais. O levantamento documental e histórico foi combinado com a coleta de dados extraída do processo de matrícula para o ano letivo de 2024. Para os objetivos da pesquisa, o levantamento se concentrou nos dados relativos às mães e responsáveis mulheres pelos educandos que residem no Morro da Penitenciária, o que resultou em uma amostra de 86 famílias. As entrevistas abertas, semiestruturadas e individuais realizadas com três mães da amostra fizeram parte dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Para isso, no primeiro momento, a pesquisa se dedicou a compreender a formação das comunidades em Florianópolis, focando no contexto brasileiro e nas transformações econômicas e sociais que marcaram o aprofundamento da *questão social* nas cidades. Por *questão social* entende-se o conjunto de contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que resultam da exploração do trabalho e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida (IAMAMOTO, 2008). A categoria é central no Serviço Social, já que essas contradições se expressam de múltiplas formas na sociabilidade e representam o ponto de análise e mediação para compreender a natureza das demandas cotidianas que chegam ao assistente social. Portanto, considera-se que o contexto nacional de urbanização e modernização está diretamente relacionado à natureza das condições de reprodução social das mulheres foco da pesquisa. A partir disso, destaca-se a região do Maciço do Morro

da Cruz em Florianópolis, e, particularmente, a comunidade do Morro da Penitenciária, que é parte do conglomerado de favelas da capital de Santa Catarina.

Na segunda parte desse trabalho é apresentado um levantamento das famílias atendidas pela instituição, esses dados foram coletados a partir do procedimento de matrícula para o ano letivo de 2024. Para os objetivos da pesquisa, o levantamento exposto se concentrou sobre os dados relativos das mães e responsáveis mulheres pelos educandos que residem no Morro da Penitenciária. A amostra resultou em 86 famílias da comunidade, e foram expostos com base nos dados mais relevantes do grupo analisado. Como parte do processo de aprofundamento nas vivências, foram realizadas entrevistas com três mães da amostra. Essa aproximação facilitou uma descrição mais detalhada das experiências e desafios enfrentados pelas mulheres atendidas pela Casa da Criança. Por fim, o estudo resgata aspectos que caracterizam a formação do território e sua relação com o trabalho, traçando mediações com os elementos da totalidade. A partir disso, cita elementos das entrevistas para elaborar algumas reflexões sobre as condições de reprodução social das mães trabalhadoras do Morro da Penitenciária em Florianópolis.

2. CRESCIMENTO DAS FAVELAS EM FLORIANÓPOLIS E A OCUPAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

O processo de crescimento das favelas na capital de Santa Catarina será analisado considerando os marcos de urbanização da cidade, reconhecendo que a favelização não ocorreu de forma espontânea, mas corresponde a processos estruturais presentes na sociedade de classes brasileira. Desse modo, busca-se ressaltar, com base na análise da ocupação do Maciço do Morro da Cruz, os movimentos que transitam entre as particularidades do território e as determinações gerais que influenciam a realidade das comunidades no entorno do Maciço.

2.1 O CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil vivenciou transformações no plano territorial de suas cidades no final do século XIX. Esse contexto foi marcado pelo desenvolvimento do país diante das transformações que já estavam acontecendo nos países centrais. O desenvolvimento das forças produtivas, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, foi integrado ao contexto brasileiro. Nesse cenário, o contexto colonial e a estrutura escravocrata perdiam a força enquanto forma de acumulação de riquezas entre a classe dominante. Assim, a propriedade privada da terra, e o trabalho assalariado, criaram as condições para que o país se ajustasse às demandas da burguesia interna e internacional (FONTES, 2010).

A Lei de Terras de 1850 foi um relevante marco ao estabelecer que a terra só poderia ser adquirida por meio de compra, e não mais por ocupação ou concessão pública. Nesse sentido, buscava-se garantir o controle da elite sobre as terras, limitando o acesso dos pobres e dos recém-libertos escravizados a essas propriedades. Ao transformar a terra em uma mercadoria e restringir seu acesso a quem pudesse comprá-la, essa medida também visava regular a formação de grandes latifúndios e integrar o Brasil ao modelo capitalista. Com isso, transforma-se também as relações de produção, já que a propriedade da terra vetava as possibilidades do trabalhador de garantir sua subsistência por meio dela (RIBEIRO, 1997).

Como parte do fenômeno, os recursos de produção e a tecnologia que possibilitam o rendimento e a alta produção se estendem à periferia do mundo, condicionando, respectivamente, a necessidade de tornar livre a força de trabalho por meio do assalariamento. Ao lançar os trabalhadores no mercado de consumo que se estabelece, destituídos de terra e de meios de subsistência, a classe trabalhadora passa a ser responsável por sua própria sobrevivência, em condições restritas que colocam sua força de trabalho, enquanto mercadoria, sob as imposições e necessidades do capital. A relação de compra e venda de força de trabalho é parte fundamental do modo de produção e acumulação de riquezas da classe dominante. (MARX, 2011).

Na relação mediada pela categoria central do trabalho, a classe trabalhadora é inserida e, principalmente, metaboliza o campo da circulação de mercadorias através do regime de assalariamento. Contudo, o salário na sociedade capitalista não representa efetivamente o valor absoluto de força de trabalho gasto sobre a produção. Conforme Marx (2011), a quantidade de trabalho investido tem parte expropriada pelo capitalista; na medida em que, mensalmente, se dão os recursos que servem à manutenção da vida desse trabalhador, também se ofusca o cenário que conduz esse trabalhador à produção excedente em sustentação à classe que detém — e deteve por meio do processo de expropriação — os meios de produção, especialmente a terra (MARX, 2011).

Assim, a burguesia interna se consolidava a partir do investimento e incentivos sobre a importação de tecnologia e meios de trabalho. A partir das bases profundamente desiguais que o Brasil colônia preservou, o campo político da Primeira República consolidava e legitimava as regalias da classe política dominante. Os proprietários de terras estreitavam sua relação com a burguesia estrangeira e a massa de trabalhadores livres ficava a depender da venda de sua força de trabalho nos moldes do “subdesenvolvimento”. O Brasil, por diversos fatores, experimentou um relativo progresso que variava entre as regiões do país, especialmente pela modernização nas cidades litorâneas e a constituição de polos econômicos industriais, o que aprofundou, conseqüentemente, a distinção entre meio urbano e rural. A modernização resultou em uma baixa absorção dos trabalhadores no setor primário devido às tecnologias incorporadas. Ao mesmo tempo, apesar do desenvolvimento científico e industrial, que dependia de

tecnologias estrangeiras, os setores secundário e terciário da produção cresciam de forma precária (FONTES, 2010).

Desse modo, nota-se que o contexto representou uma alteração significativa nos territórios à medida que os fluxos migratórios entre as regiões se intensificaram. A partir do crescimento em torno de polos industriais e comerciais, os trabalhadores começaram a ocupar as cidades em busca de emprego. O exército industrial de reserva, desempenhava um papel fundamental na regulação da força de trabalho como mercadoria, e as próprias características do mundo do trabalho contribuíram para o pauperismo entre a classe trabalhadora, restringindo ainda mais as possibilidades de acesso à terra. A relação entre território e trabalho era tão estreita que a classe produtora dependia de espaços de moradia próximos aos seus locais de trabalho.

O paternalismo empresarial se manifestava nessa relação, com o empregador fornecendo, além do salário, benefícios como moradia e alimentação, com o objetivo de controlar a força de trabalho, garantir sua produtividade e manter a dependência imediata dos trabalhadores. Nas cidades de desenvolvimento mais acelerado, o processo migratório não só ajudava a regular o valor da força de trabalho, como também influenciava o preço da terra, que, por sua vez, não podia ser coberto pelos salários dos trabalhadores. Especialmente no fim do século XIX até os anos 1930, os cortiços se tornaram uma solução comum para os trabalhadores que não conseguiam arcar com os altos custos dos aluguéis nas regiões centrais das cidades (SANTOS, 2009).

Esses processos, conforme Fontes (2010) argumenta, expressam que as práticas predatórias capitalistas não são exclusivas de seu período de origem, mas continuam sendo usadas e aperfeiçoadas para expansão e valorização. A expropriação primária que envolveu a destituição de terras repercute sobre as massas agrárias, que são levadas às cidades ou expulsas de suas terras, remodelando a posição e a relação desses sujeitos com o território. Os novos mecanismos do capitalismo globalizado que afetam a periferia conduzem à extração de mais-valor a partir do que a autora chama de formas secundárias de expropriação. Essas formas, combinadas, são fundamentais para a concentração e acumulação capitalista; assim, lançam continuamente a população à venda de sua força de trabalho aos interesses do imperialismo global, sendo esses traduzidos e potencializados pela burguesia agrária e industrial (FONTES, 2010).

Com a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, os planos e incentivos à industrialização concretizam o elo entre a burguesia agrária e industrial. À medida que o setor secundário de produção ganhava espaço, com as tecnologias “rebuscadas” do sistema capitalista mundial - produzidas com nossas matérias-primas e compradas pela elite dominante local - as condições para a relativa industrialização brasileira passavam a ser favoráveis. Dada a natureza própria da dinâmica capitalista mundial, a divisão internacional do trabalho impõe limites ao desenvolvimento nacional, inserindo o Brasil enquanto força propulsora de riqueza socialmente produzida e transferida aos centros de economia europeus (OSÓRIO, 2014).

O Brasil da ditadura empresarial-militar aprofundou a “modernização conservadora” em curso, de tal modo que o desenvolvimento capitalista na periferia, diferentemente da evolução euro-ocidental, integrou formas arcaicas em sua dinâmica moderna, sem realizar as transformações estruturais e redimensionando formas arcaicas em novos contextos. Durante as décadas de 1960 a 1980, o Estado atuou mais ativamente como vetor das demandas reivindicatórias que expressavam interesses das classes populares. Com as atividades econômicas voltadas para o mercado externo desde o período colonial, a burguesia estrangeira poderia fortalecer-se a partir da relativa incorporação de avanços produtivos, equilibrando os interesses junto às elites agrárias e industriais (NETTO, 1996). Assim, “[...] no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (NETTO, 1996, p. 18).

É evidente que esses processos se dão no terreno da luta de classes, de tal modo que os movimentos sociais e a luta sindical da época pressionaram o cenário político. Com as contradições inerentes entre a produção coletiva e acumulação privada, o pauperismo e as expressões da questão social tornavam discrepantes as condições de vida entre as classes dominantes e populares. Desse modo, o Estado é capaz de acolher relativamente as aspirações de consumo da população e suas demandas reivindicatórias (FERRAZ, 2019). Enquanto atuou mais ativamente na constituição de políticas públicas e de proteção ao trabalho a partir das décadas de 1940 e 1960, aprofundou e fortaleceu ainda mais as estruturas de classe social.

A partir dessas décadas, a política keynesiana, direcionada ao “pleno emprego” e à manutenção de um padrão salarial capaz de manter o poder de

compra dos trabalhadores, deu consequência à dinamização da economia. Ainda que não se possa falar de um *Welfare State* consolidado no Brasil, é possível afirmar que a prestação de serviços públicos e direitos sociais foi relativamente expandida (FERRAZ, 2019). Contudo, surgindo como alternativa às crises do capitalismo, o fortalecimento das políticas sociais acaba caminhando no sentido de abafar as relações de classe ambíguas, possibilitando, pelo agente do Estado, dar respostas às necessidades da população, viabilizando a reprodução do capital no campo de circulação. O discurso do *Welfare State* contamina os países de economia periférica, e, na medida em que o Brasil amplia os direitos sociais à população, nos estritos limites que amortecem a situação difícil dos trabalhadores, impulsiona e aprofunda a estrutura de dominação dessa classe (FERRAZ, 2019).

No contexto de contradições e crises, o aumento do desemprego, a deterioração dos salários e das condições de vida nas cidades fomentaram o surgimento de organizações operárias que se opunham às direções sindicais estabelecidas durante a ditadura, além de impulsionar a criação de organizações populares que lutavam contra a carestia e por serviços de transporte, saúde e educação nas periferias das grandes cidades. Nos anos de 1970, o movimento operário e popular desempenhou um papel importante na transição da redemocratização brasileira. Esses movimentos sociais se organizaram, nos bairros das cidades em defesa de políticas de moradia, transporte, saúde, educação e emprego, e, no campo, pela distribuição de terras e regularização dos vínculos trabalhistas. Além disso, movimentos que lutavam pelos direitos das mulheres, da população negra e da população LGBTQIA+ encontraram, nesse período, relativo espaço para seus embates (FERRAZ, 2019). Como relevante resultado desse período, a Constituição Federal de 1988 garantiu uma série de direitos fundamentais aos trabalhadores, não só a partir dos avanços na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas também no âmbito da saúde e da assistência social.

Contudo, embora o período de redemocratização no Brasil a partir da década de 1990 tenha sido inicialmente favorável à construção de políticas sociais, tais direitos nunca foram plenamente acatados pelo Estado. De tal modo, as décadas seguintes foram marcadas por uma série de desafios e retrocessos que afetaram profundamente a classe trabalhadora. Como não houve mudanças estruturais que tocassem nas contradições da relação Capital e Trabalho; como exemplo, não houve uma reforma agrária significativa que enfrentasse de forma

profunda a desigualdade na distribuição de terras no Brasil. Do mesmo modo, o Brasil permaneceu inserido de forma subordinada na divisão internacional do trabalho, sendo relegado à função de produção de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, enquanto as economias centrais dominam a produção de bens industrializados e de alta tecnologia. As crises internacionais e as interferências da política externa nos rumos brasileiros evidenciam a conformação do Brasil diante das necessidades e imposições do grande capital internacional (FONTES, 2010).

Nesse cenário, o movimento sindical e outros tipos de organização social enfrentaram uma crescente desmobilização. As formas remodeladas de influência da iniciativa privada na esfera do direito social vieram para frustrar as possibilidades de transformação social nesses espaços. Como exemplo, cita-se o crescimento do terceiro setor e a privatização de serviços dentro do Sistema Único de Saúde, Assistência Social e Educação. Ao abrir espaço para o mercado de lucros, os serviços públicos são precarizados, tanto para aqueles que acessam quanto para os trabalhadores envolvidos. Como agravante, nas últimas décadas, destacam-se as reformas trabalhistas e previdenciárias, que representaram mais um golpe contra a classe trabalhadora. A reforma trabalhista de 2017, por exemplo, facilitou a terceirização, precarizou as condições de trabalho e reduziu o poder de negociação dos sindicatos. A reforma previdenciária, por sua vez, aumentou a idade mínima para aposentadoria e reduziu o valor dos benefícios, impondo condições mais rígidas para o acesso à aposentadoria (ANTUNES, 2018).

Mais recentemente, o período de pandemia da COVID-19, iniciado em 2020, intensificou o cenário de falta de políticas públicas eficazes de proteção à saúde e assistência social. A negligência e o negacionismo por parte do governo significaram mais um genocídio da classe trabalhadora. O contexto foi marcado pelo fim de diversos postos de trabalho formal, indicando crescimento significativo do número de trabalhadores informais. Esses trabalhadores, que já viviam em condições precárias, foram particularmente afetados. Sem acesso a direitos básicos, como licença remunerada ou seguro-desemprego, muitos se viram obrigados a continuar trabalhando, mesmo sob risco de contaminação, enfrentando jornadas extenuantes, sem garantias de direitos trabalhistas e expostos a riscos diários sem qualquer proteção adequada (SANTOS; SANTOS, 2023). Como resultado do barateamento da força de trabalho e da precarização dos serviços públicos, a burguesia

beneficiou-se do crescimento de suas fortunas. Conforme o relatório da OXFAM, o número de bilionários no mundo aumentou em 573 desde 2020, totalizando 2.668 bilionários com uma fortuna combinada de US\$ 12,7 trilhões, um aumento de US\$ 3,78 trilhões (OLIVEIRA, 2020). Assim, percebe-se que

Dito de maneira direta, a megaconcentração de capitais parece cavar continuamente o solo da crise social, para, em seguida, transformar a tragédia humana em base para sua lucratividade, convertendo a penúria que provoca em mercado para os bens que produz. A crise se torna ameaça permanente e sempre mais grave, inclusive, porque as escassas redes de proteção que os direitos asseguravam continuam a ser sistematicamente minadas. (FONTES, 2010, p. 304)

Conforme Fontes (2010), essa dinâmica se insere em um modo histórico particular de organizar a vida social, já que o crescimento assimétrico da concentração reflete na acumulação e na sua incessante necessidade de valorização, tendo efeito sobre novas expropriações e crises sociais ainda mais graves.

Dessa maneira, o contexto histórico e econômico brasileiro entre o final do século XIX e o início do século XXI reflete os desafios enfrentados do país se à lógica capitalista global. Assim, destaca-se a expropriação de terras e de força de trabalho negra e pobre, a precarização do trabalho e a concentração de riqueza. No caso específico de Florianópolis e da região do Maciço da Cruz, essas dinâmicas globais se manifestam dentro do contexto local, como a urbanização acelerada, a especulação imobiliária e a transformação de territórios historicamente ocupados por comunidades de trabalhadores. Assim, na capital de Santa Catarina, percebe-se como o processo de expropriação, a luta por moradia e a precarização das condições de vida e trabalho, típicos no Maciço da Cruz, se inserem nesse movimento histórico complexo.

2.2 O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS

Localizado na região central da cidade de Florianópolis, o Maciço do Morro da Cruz alcança a Baía Sul e Norte da ilha e tem 5 km entre uma ponta e outra. O local, com área de 2.151.000 m², já no ano de 2015 tinha cerca de 657.000 m² ocupados. Naquele ano, estima-se que 5.677 famílias residiam na extensão do

Maciço, aglutinadas em cerca de 21 comunidades¹, conforme anexo 1 (ALMEIDA; FERREIRA, 2017). A extensão do Morro rodeia e compõe os bairros da Trindade, Agrônômica, Pantanal, Centro, Saco dos Limões e Carvoeira da capital (ver em anexo 2) (SCHEIBE et al., 2006).

Resgatando a geografia-histórica de Florianópolis, Santos (2009) explica que o Maciço do Morro da Cruz tem seus primeiros moradores, segundo os registros, no final do século XIX e início do século XX, em especial por escravos libertos, soldados e famílias pobres construindo suas moradias nas partes baixas das encostas (SANTOS, 2009). Nessa época, a Ilha do Desterro já vivenciava os efeitos e os fluxos da modernização e industrialização nascente no Brasil. Conforme Santos (2009), a rearticulação do espaço geográfico entre os séculos XIX e XX esteve relacionada aos fluxos migratórios vindos do campo. Sendo a capital palco da construção de edificações públicas no centro da cidade, esse processo resultou na expulsão dos moradores locais e, com os salários baixos e o desemprego expressivo, esses grupos protagonizaram o processo inicial de ocupações nas encostas dos morros da cidade, seja pelo baixo custo dos lotes, seja pelo processo de “ocupação ilegal” característico. Esse cenário inaugura o início da ocupação do Maciço do Morro da Cruz e altera a geografia da pobreza na cidade. Conforme Santos (2009, p. 432):

As principais mudanças na arquitetura da cidade a partir da segunda metade do século XIX, foi à substituição das casas de porta e janela por sobrados e assobradados em função do crescimento do comércio e a demolição de cortiços e de casinhas para a construção de prédios do Estado nas primeiras décadas da república.

Ainda como fato relevante, Santos (2009) ressalta as medidas sanitaristas do início do século XX na capital de Santa Catarina. A transformação na arquitetura visava alcançar uma nova estética por meio de decretos, regulamentos e resoluções, que definem formas mais complexas e específicas para o acesso à moradia nas áreas mais urbanizadas da cidade. A Lei Estadual 581 de 1927 incentivava a construção de edifícios mais altos no centro, o que marcou o início da verticalização; com isso, a construção de casas de porta e janela típicas da arquitetura portuguesa e associadas às classes mais pobres foi proibida. Assim, a

¹ De acordo com relatos de moradores do Maciço, algumas das comunidades anteriormente identificadas no mapa “deixaram de existir”. Esse processo está relacionado ao crescimento da ocupação no Maciço, que resultou na consolidação e no agrupamento dessas áreas em comunidades maiores e mais densamente ocupadas.

modernização e as exigências legais de regulação da terra resultaram na expulsão da população pobre do centro urbano, levando-a a buscar refúgio em áreas periféricas (SANTOS, 2009).

Em Santa Catarina, a partir da década de 1930, Ribeiro (2005) traz algumas compreensões sobre as particularidades do estado, considerando que o desenvolvimento embrionário da industrialização é caracterizado pela formação de diferentes pólos regionais. Esse fato agrupou as esferas da indústria pelo território - vinculadas em especial ao ramo metalúrgico, têxtil e alimentício, entre outros; com a absorção de tecnologia incorporada no meio rural, o processo de êxodo rural se potencializa na medida em que a urbanização das metrópoles do estado apresenta formas e condições de vida que parecem “acolher” as necessidades de trabalho e renda das populações rurais. Assim, o movimento de migração entre as cidades do município é parte das transformações que se desmembravam da conjuntura econômica e política da região.

Na década de 1940, Saito (2011) ressalta que, apesar de haver poucas menções bibliográficas sobre a formação das favelas de Florianópolis entre 1930 e 1940, a especulação imobiliária e o remodelamento urbano, através da construção de avenidas e prédios, e a consequente extinção dos cortiços, expulsaram definitivamente os mais pobres do centro. Assim, a partir dessa época, a descrição de Wilmar Dias (apud SAITO, 2011) expõe que na década de 1940, já havia as primeiras favelas nas áreas mais altas da vertente, caracterizadas fundamentalmente pela falta de saneamento, calçamento e transporte. Para caracterizar o termo favela, o IBGE de 1950 define como os agrupamentos prediais ou residenciais.

“[...] com predominância de casebres e barracos, construídos com material inadequado, construções sem licenciamento e sem fiscalização em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida; ausência de, de todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone, com falta de arruamento, numeração e emplacamento” (NERY; BRITTO, 2024, p. 1)².

² Historicamente, o termo passa por mudanças significativas; anteriormente, era caracterizado como “agrupamentos subnormais”. O último censo de 2022 define as favelas e as comunidades urbanas como “a predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse, e pelo menos um dos demais critérios: ausência ou oferta incompleta de serviços públicos; predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidas ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística” (NERY; BRITTO, 2024, p. 1)

Embora Florianópolis construísse suas edificações públicas, absorvendo uma parte significativa da população produtiva local e migrante para o setor da construção civil e serviços públicos, não foi capaz de empregar todo o contingente de trabalhadores da região. Primeiro, por uma condição intrínseca ao modo de produção capitalista, que necessita, pelos ditames que conduzem a força de trabalho como mercadoria, regular seu valor a partir da exclusão de uma massa de trabalhadores da esfera produtiva - seu exército industrial de reserva. Mas também é resultado de uma urbanização mais acelerada do que o próprio processo de industrialização, incapaz de absorver a crescente força de trabalho da região (RIBEIRO, 2005). Para a ilha de Santa Catarina, isso significou um ajustamento às transformações da época, de tal forma que o aumento populacional cresceu em consonância com as ocupações no Maciço do Morro da Cruz entre as décadas de 1930 e 1960.

As comunidades do Maciço do Morro da Cruz estiveram por muito tempo mobilizadas coletivamente no intuito de garantir seu morar e a infraestrutura básica de suas regiões. As associações comunitárias em Florianópolis começaram a se organizar e se fortalecer na década de 1970 com o apoio manifesto da Igreja Católica. Assim, no cenário de maior efervescência das lutas sindicais e de movimentos sociais, cabe citar que o Movimento de Bairros “é uma constante no cenário público local dessas cidades [Grande Florianópolis], tornando-se lócus fundamental de construção de cidadania, em que pesem seus encontros e desencontros, suas ambiguidades” (RIBEIRO, 2005, p. 99).

A proximidade com a Igreja e as organizações comunitárias em torno do Maciço permitiram alguns avanços a nível local na década de 1970. Contudo, somente a partir dos anos 1980 e 1990 é que as organizações da sociedade civil ganham maior protagonismo, possibilitando algumas transformações significativas no território. Conforme observa Santos (2009), a comunidade do Monte Serrat, uma das mais crescidas do Maciço, só veio a ter água encanada durante a década de 80, ainda que região seja atravessada pelo reservatório do sistema de abastecimento do centro da cidade desde 1909.

Segundo o depoimento de seu Teco, o pessoal do alto do morro perto da Bica está sem água até hoje [2009]. Os mais ricos tinham água, como um senhor chamado Quinab. Para abastecer a emissora de televisão Rede Brasil Sul (RBS), a companhia de abastecimento de água (CASAN) instalou um duto (cano) que atravessava toda a comunidade – onde casas de

moradores não tinham água - até a cumeeira do Morro onde fica a emissora (SANTOS, 2009, p. 47)

Nas últimas décadas, as comunidades do Maciço do Morro da Cruz e os bairros do entorno expandiram sua urbanização. A partir da implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) e outras instituições ao redor da região; assim, a região central passa novamente por um expressivo inchaço habitacional. Para ilustrar, o anexo c mostra o mapa produzido pelo Laboratório de Análise Ambiental da UFSC que analisou a evolução da expansão urbana central entre os períodos de 1966 a 2000 (anexo C).

Conforme já explorado no item 2.1, o ciclo de lutas sociais se enfraquece na década de 90, quando as políticas neoliberais representaram o processo de desindustrialização e aumento da dependência de setores primários na produção econômica. Essa mudança resultou em um aumento significativo do desemprego, uma expansão da informalidade e do setor de serviços, uma precarização dos empregos e uma degradação das condições de trabalho (FERRAZ, 2019). A adesão ao neoliberalismo também exacerbou os problemas nas relações trabalhistas, enfraquecendo o movimento sindical e as lutas populares. No mesmo período, o fortalecimento de organizações da sociedade civil e a estreita relação com a Igreja Católica possibilitaram a institucionalização de projetos sociais capazes de se inserir em territórios ignorados pelo Estado.

A ampliação dos direitos sociais logo se concretizou, com a Constituição Federal de 1988, mas passou por fortes ataques. Sob a narrativa de austeridade, os governos seguintes abriram o campo das políticas públicas à iniciativa privada. As organizações da sociedade civil ganham força nas comunidades, na medida em que o Estado encontra nelas as possibilidades de cumprir suas próprias responsabilidades. Por meio das parcerias, contratos, subsídios fiscais e, sobretudo, os incentivos das relações público-privadas, o período neoliberal exigiu dos movimentos sociais “[...] a disposição do processo de construção dos arranjos participativos em uma perspectiva propositiva e colaboracionista, substituindo as estratégias de ação direta e confronto, pela negociação e cooperação” (FERRAZ, 2019, p.1).

Nesse cenário, as necessidades do território foram sendo acolhidas pelas ONGs e pelos projetos sociais, rearticulando a mobilização popular entre as comunidades do Maciço do Morro da Cruz. A relação com a Igreja favoreceu a

organização popular das comunidades, tendo sido um importante agente facilitador da oferta de serviços que acolhem as necessidades das famílias do Maciço.

Para caracterizar a população geral do Maciço do Morro da Cruz, o Fórum do Maciço Central de Florianópolis – entidade que reúne todas as associações da região – determinou a construção de um Diagnóstico Sócio-Espacial do Maciço Central de Florianópolis, cujo objetivo foi conhecer as novas áreas de ocupação dos Morros Centrais de Florianópolis e sua população. A pesquisa de 2004 é a mais atual que caracteriza o perfil da população moradora na delimitação do Maciço Central. Desse modo, foram apontadas algumas características:

- 30,11% das famílias possuem filhos em idade escolar e 20,97% em idade pré-escolar. No entanto, 82,05% das crianças em idade pré-escolar não frequentam creches.
- **Escolaridade:** A escolaridade dos adultos é baixa, com um terço não completando a 1ª fase do 1º grau e 8,09% **sem qualquer** estudo. Apenas 0,58% dos moradores estão cursando o supletivo.
- Construção civil é o principal setor empregador da força de trabalho masculina, englobando pedreiros, serventes, eletricitas e carpinteiros. **Por outro lado, as mulheres encontram maior ocupação em empregos domésticos**, atuando como empregadas domésticas, faxineiras e cozinheiras. Além disso, há presença significativa de atividade comercial, como balconistas e comerciantes, e emprego em instituições públicas e privadas. Também se observa a existência de trabalho autônomo, que inclui pequenos serviços ou técnicos. **Ainda é relevante a porcentagem de mulheres que não trabalham fora de casa, representando 18,06% da população feminina.**

A ausência de dados atuais dificulta a compreensão geral das populações do Morro. Contudo, a partir da análise histórica e das informações sintetizadas pelo Diagnóstico Sócio-Espacial do Maciço Central de Florianópolis, é possível afirmar que, desde sua formação, as comunidades estiveram majoritariamente ocupadas por famílias de baixa renda, dependentes de subempregos e com baixa escolarização (SANTOS, 2009; SAITO, 2011; ABREU, 2002).

A história do trabalho assalariado e a propriedade da terra são resgatadas por constituírem as bases que impulsionam a ocupação de moradias em áreas de

risco, o que, por consequência, afeta as formas de vida e luta desses moradores. É característico do Maciço Central a dificuldade de acesso à água potável, energia, saneamento e transporte público, resultantes dos movimentos históricos da cidade. Com efeito, os moradores passaram a viver, de geração em geração, os processos que aprofundam sua condição de classe.

Como agravante desse cenário, a análise de Ferreira *et al* (2021) se faz útil ao reconhecer que o racismo é estruturante das relações capitalistas. O que não se expressa somente por sua “herança” colonial e o papel da escravização na formação social e econômica, mas particularmente porque, consideradas as condições históricas de reprodução da força de trabalho, o racismo “se converte em uma estratégia alienante do capital para pressionar constantemente o rebaixamento dos salários do conjunto da classe trabalhadora para abaixo do seu valor.” (GONÇALVES, 2021, p. 71)

Assim também, a situação da mulher na sociedade capitalista ocorre em condições adversas, conforme aponta Saffioti (2013). Em nível superestrutural, suas capacidades são restringidas pelo seu sexo e raça, e a desvalorização dessas se faz constante; e em nível estrutural, a inserção da mulher é extremamente volátil às dinâmicas econômicas. Os marcos do trabalho assalariado não representaram avanços significativos para a classe trabalhadora em geral e, conforme a autora, representaram ainda menos para as mulheres e principalmente a mulher negra, que têm o trabalho doméstico não remunerado como uma atribuição típica da personalidade feminina. O que fica evidente ao se aproximar do processo de formação das comunidades em Florianópolis é que suas dinâmicas se inserem e fazem parte de um conjunto de transformações que ocorrem em nível estrutural e econômico no que toca à dialética da questão social, gênero e raça.

2.3 O MORRO DA PENITENCIÁRIA: A VIDA E O CONTEXTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE

A comunidade do Morro da Penitenciária localiza-se no final da Rua Álvaro Ramos, no bairro Trindade, na parte nordeste do Maciço do Morro da Cruz. Uma das particularidades da comunidade é que ela teve seu crescimento impulsionado pela construção da Penitenciária da Pedra Grande em 1930. Conforme Paduani (2000) descreve, por meio dos registros documentais, o Morro da Penitenciária passou por

um processo de ocupação a partir de egressos do sistema prisional e suas famílias, devido à proximidade que facilitava as visitas e àqueles que, em liberdade, não retornaram às suas cidades natais. Buscando atender às técnicas “modernas” de aprisionamento no contexto de urbanização e higienização das cidades, a construção da penitenciária tornou-se fator relevante para a ocupação local. No mesmo fluxo que as demais comunidades do Maciço Central, o Morro da Penitenciária tem seu desenvolvimento marcado pelos movimentos econômicos e políticos desde sua formação, de modo que os avanços e recuos são parte dos processos mencionados durante o crescimento das favelas em Florianópolis.

Conforme já citado, as primeiras ocupações no fim do século XIX no Maciço Central foram o resultado do processo de desapropriação de terras da população que não podia pagar por elas. Esses fatos se desdobraram tanto na cidade de Florianópolis, à medida que os moradores da parte central eram expulsos de suas moradias, mudando-se para os morros; quanto ainda entre outros estados do Brasil, especialmente em Santa Catarina, a partir dos fluxos migratórios vindos do campo e da ineficiência em absorver a força de trabalho disponível ou em corresponder aos custos de vida da cidade, segregando essa população para as regiões periféricas. Os inchaços habitacionais e a realidade que se expressa até os dias atuais indicam que esses fenômenos não marcam somente a formação inicial, sendo processos que seguiram acontecendo ao longo do século XX conforme o contexto de industrialização e urbanização. Para exemplificar, Paduani (2000, p. 19) afirma que, na época de sua pesquisa, na década de 1990,

[...] vivem no Morro da Penitenciária aproximadamente 400 famílias, que corresponde a mais ou menos 1900 pessoas, levando em conta que cada família tem em média 4 ou 5 integrantes. São migrantes do interior do Estado (Campo Belo do Sul, Lages, Curitibanos, São Joaquim e Chapecó), do norte do Paraná e da região Nordeste (Ceará, Alagoas, Paraíba)

Evidenciando que, na década de 1990, a população do Morro da Penitenciária era composta expressivamente por migrantes diretos de outras regiões. A autora cita que, conforme a pesquisa, parte relevante deles estava na comunidade há menos de 10 anos. Alguns dos efeitos dos movimentos migratórios para a capital de Santa Catarina já foram mencionados e são evidentes na realidade atual observada no campo de estágio e na literatura sobre o tema. Entende-se que, para compreender a situação das mulheres no Morro da Penitenciária, é relevante citar alguns marcos históricos da comunidade, buscando caracterizar o espaço que

influencia diretamente as relações sociais dos sujeitos da pesquisa. O lugar de moradia, os vínculos comunitários e as condições materiais imediatas moldam a forma de viver entre as mulheres, enquanto suas práticas diárias reverberam no espaço, alterando as formas de vida dos grupos.

Sobre a questão habitacional, a comunidade do Morro da Penitenciária enfrentou alguns embates pela regularização de suas moradias. Em sua formação, as moradias informais estavam ainda mais distantes do acesso à infraestrutura. Tal como as comunidades do entorno, ao longo de sua história, o Morro da Penitenciária esteve à margem do acesso aos direitos fundamentais. Nesse cenário, os avanços obtidos só viriam a partir da organização e das reivindicações dos moradores. Por meio da história oral e dos contatos com órgãos públicos, Tietjen (1994, p. 31) cita que o terreno onde se localiza a comunidade era parte do terreno público da Penitenciária e parte de propriedade privada, o que gerava tensões sobre a permanência das moradias na região. A formação da Comissão da Terra foi motivada pelos moradores diante da ameaça de embargo da capela da comunidade em 1984. Juntamente com as associações e comissões dos sem-terra da periferia, buscava-se a regularização da área junto à Companhia de Habitação Brasileira (COHAB). As comissões se organizaram ativamente, mas enfrentaram diversos entraves, especialmente devido à falta de comunicação por parte da COHAB. A autora explica que, nos anos seguintes à formação da Comissão da Terra, a área foi desapropriada pela COHAB e a titularidade foi disponibilizada aos moradores, representando um marco na história da comunidade. A luta também se concentrou nas necessidades de infraestrutura do espaço, resultando, nas décadas seguintes, na execução de obras públicas de pavimentação das ruas principais, instalação de energia elétrica, ponto de coleta de lixo e a implementação de uma linha de ônibus na rua de acesso à comunidade. Esses avanços só vieram a ocorrer entre as décadas de 1980 e 1990, de forma lenta e sendo constantemente tensionados pelas organizações locais. É importante salientar que não se pode dizer que tais ações são conquistas plenas; ao contrário, evidenciam que, nos dias atuais, os desafios de infraestrutura ainda são observáveis na comunidade, mostrando que os desafios e a resistência são permanentes para os moradores.

No mesmo contexto, na década de 1980, as famílias, e especialmente as mães, percebiam a necessidade de se construir um espaço seguro para as crianças da comunidade. A Casa da Criança do Morro da Penitenciária, portanto, foi fundada

em 1988 como resultado da elaboração comunitária. Na década de 1990, contudo, o projeto não deixou de sofrer diretamente com o processo de desarticulação dos Movimentos de Bairros, do mesmo modo que o contexto subsequente apresentava condições favoráveis ao crescimento da atuação católica na comunidade. Agindo mais diretamente nesses territórios, as Comunidades Eclesiais de Base lideravam a organização comunitária e, essencialmente, disputavam o campo ideológico. Esse movimento, apesar de suas contradições, resultou concretamente na estruturação do projeto, ampliando a oferta de oficinas pedagógicas, o financiamento para a merenda escolar e o atendimento às famílias. Cabe destacar que os registros fotográficos e documentais da Casa da Criança revelam que esse processo foi protagonizado pelos moradores. No entanto, é importante frisar que, nesse contexto, a comunidade expandia seus limites, o tráfico de drogas tornava-se uma força ativa no território, e o Estado intensificava sua atuação a partir dos mecanismos de controle social, buscando institucionalizar esses espaços dentro da lógica do direito burguês. Estreitando seus vínculos com a comunidade, o crescimento da Igreja Católica no espaço esteve entrelaçado com a desarticulação política dos movimentos populares. Ressalta-se que esse vínculo não resultou em uma “não ação” ou um distanciamento da comunidade com a mobilização; pelo contrário, a Igreja esteve como um ator determinante nas relações sociais do território e da instituição.

A Casa da Criança, em sua constituição, tornou-se um espaço para a formação de grupos que se integravam a partir de rodas de conversa. O local favorecia a organização entre as famílias do Morro. Posteriormente, foram criados grupos de geração de renda e atividades de lazer e cultura para a comunidade. Desse modo, além das frentes coletivas em torno das melhorias da comunidade, os moradores organizavam-se sobre a ausência de atividades de lazer. No Morro da Penitenciária, essa realidade era driblada também com jogos de futebol nos finais de semana. O time organizado entre os moradores era uma associação sem fins lucrativos, e o dinheiro arrecadado com os jogos realizados era utilizado para sua manutenção e para ajudar famílias com maiores desafios na comunidade.

Conforme já foi mencionado, com a modernização, as famílias locais e migrantes foram sendo absorvidas em postos de trabalho pouco tecnificados na área da construção civil e serviços que se ampliavam na época. Paduani (2000) afirma que, ainda nas décadas de 1960, a ampliação de trabalhos era atrativa, pois “a

construção civil e os empregos domésticos ofereciam a solução dos problemas” - no caso, as dificuldades da vida no campo. De acordo com as décadas posteriores, Paduani (2002) acrescenta que, no caso do Morro da Penitenciária, em 1993, uma pesquisa mostra que, da população economicamente ativa, 46% são mulheres e 54% são homens (SINE, 2000 apud PADUANI, 2000). Ainda na época, as principais ocupações exercidas pelas mulheres relacionavam-se ao emprego doméstico e, com relação aos homens, destacam-se pedreiros, carpinteiros e serventes. Já nessa década, a autora cita que muitos desses não estão incluídos na estatística, pois estão fora do mercado formal de trabalho. Porém, esse cenário otimista sobre a conquista de emprego na região não prevaleceu por muito tempo. Os relatos dos moradores da comunidade, colhidos por Paduani (2000), ilustram as transformações do mundo do trabalho na década de 1990. “No Morro da Penitenciária, o desemprego atinge 40% dos moradores, segundo o Presidente da Associação dos Moradores do local.” (PADUANI, 2000). A dificuldade de conseguir emprego aumentou em comparação com o passado, quando era fácil encontrar trabalho na construção civil, conforme as entrevistadas.

Antes os homens não precisavam pegar ônibus para ir ao serviço, eles só desciam ai embaixo, perto da padaria Michel, e já encontravam trabalho, pois tinha bastante construção e, hoje não acontece isso [...] Hoje pra gente arrumar emprego eles perguntam se a gente tem curso, formação. E pelo fato daqui não ter empresas; tem pouco serviço. Até na Comcap e Prefeitura, está difícil, tem que ter curso, senão não tem serviço. (Entrevistada A apud PADUANI, 2000, p. 39)

Nesse contexto, os moradores experimentaram o impacto da modernização; especialmente na década de 1990, as limitações do desenvolvimento urbano resultaram no aumento do desemprego e, juntamente, o crescimento das relações de trabalho informal. Embora não haja dados recentes oficiais sobre as ocupações profissionais e vínculos no Morro da Penitenciária, o IBGE revelou que, em 2023, a informalidade no Brasil alcançou níveis equivalentes ao trabalho formal (SERRANO, 2023). Segundo Antunes (2018), essas ocupações são caracterizadas pela terceirização, flexibilização e precarização do trabalho, frequentemente mal remuneradas e desprovidas de seguridade social e proteção legal trabalhista. A precarização do trabalho se intensifica com a substituição do emprego formal e regulamentado por modalidades como o "empreendedorismo". Estas formas de trabalho aumentam a flexibilização salarial e de carga horária, desmantelando a legislação trabalhista protetora. A precarização do trabalho informal implica em

diversas consequências para os trabalhadores, como a falta de estabilidade e segurança no emprego e a incerteza constante sobre a renda mensal, a ausência de benefícios básicos como licença médica, férias remuneradas e aposentadoria. Além disso, a falta de proteção legal expõe os trabalhadores a condições de trabalho abusivas, e a flexibilidade de horário acaba se traduzindo em jornadas de trabalho mais longas. Além disso, muitos trabalhadores informais não têm acesso a cuidados médicos adequados, o que é resultado da falta de seguridade social e do acesso pleno à política de saúde, levando a problemas de saúde não tratados e, muitas vezes, à incapacidade de trabalhar.

Do mesmo modo que Gianezini (2015) evidencia que, durante seu período de estágio em campo na Casa da Criança em 2015, as categorias de trabalho mais comuns entre as mulheres continuavam se relacionando às atividades domésticas. Como reflexo do processo de modernização e industrialização, a abertura de campos de trabalho em tarefas que antes se restringiam ao lar se ampliou; assim, as mulheres passavam também a ocupar majoritariamente as atividades de serviço geral, zeladora, cozinheira, atuando no ramo de serviços, que inclusive representam outro grupo expressivo de empregos ocupados entre as moradoras da comunidade (GIANEZINI, 2015). Ainda que a modernização tenha possibilitado às mulheres trabalharem além do espaço da casa, tais atividades laborais seguiram sendo requisitadas das mulheres por conta das qualidades domésticas que preservaram.

Tratam-se de trabalhos historicamente desvalorizados. González (2020) explica que, durante a escravidão no Brasil, as tarefas domésticas eram predominantemente executadas por mulheres negras, o que serviu para a desvalorização de tais atividades. A transição da escravidão para o trabalho assalariado não eliminou os mitos perpetuados sobre o trabalho doméstico e, sobretudo, da mulher negra. Sendo essas atividades associadas às mulheres, essa associação foi naturalizada como uma extensão das responsabilidades femininas, ainda mais fortemente para as mulheres negras, que há poucas décadas eram tidas como a escrava da Casa Grande.

O trabalho doméstico é restrito à esfera privada da vida, embora coopere com os processos de valorização, não atende à dinâmica de produção de mais-valia diretamente. Assim, no sistema capitalista, o valor econômico de uma atividade é frequentemente medido pela sua capacidade de gerar lucro, que é o valor excedente produzido pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas. O trabalho doméstico,

embora essencial para a reprodução da força de trabalho e o funcionamento da sociedade, não resulta em um produto ou serviço direto no mercado; desse modo, Saffioti (2013) explica que esses fenômenos, apesar de atuais, carregam heranças pré-capitalistas, que atuam de maneira vital na sociedade de classes do século XX. Desse modo, o trabalho doméstico serve tanto para a reprodução da força de trabalho quanto para a regulação de valor dessa mercadoria, já que, permanecendo o papel invisível dessas atividades, elas podem ser mal remuneradas e de más condições, além de representarem a força de trabalho dispensável em tempos de crises.

Apesar de alguns avanços jurídicos nas últimas décadas, as transformações do mundo do trabalho significaram para essas categorias a conservação das relações de poder que caracterizavam o trabalho do lar no século XIX, mantendo-se na organização social das trabalhadoras domésticas assalariadas até os dias atuais. E, vistas as transformações das últimas décadas, tanto a trabalhadora que desempenha atividades no lar de terceiros quanto aquelas que se inserem no setor de serviços passam a ser marcadas pela precarização e informalidade típicas entre essas categorias. Assim, a mulheres do Morro da Penitenciária convivem com os efeitos contínuos da desvalorização histórica e estrutural do trabalho doméstico e de suas ramificações na área de serviços.

Para agravar, as responsabilidades relacionadas à reprodução das famílias das trabalhadoras permaneceram como atribuições femininas dentro dos lares, de tal modo que os cuidados dos dependentes e as atividades domésticas acabam representando jornadas de trabalho triplas para elas. Além disso, os dados mais atuais já indicam que o número de mulheres responsáveis pelo lar supera o de homens (NORONHA, 2024), aumentando o número de mães solteiras - especialmente entre as mulheres negras. Ainda mais fortemente, essas acabam por assumir as responsabilidades integrais do lar, tanto em rendimentos econômicos quanto na atividade direta que envolve a reprodução de seus dependentes. Cabe ressaltar que, ao mesmo tempo, o trabalho feminino segue representando a taxa de menores salários em comparação aos homens (NORONHA, 2024). Esses fenômenos atravessam a formação da comunidade e vão de encontro com o cenário descrito pelas pesquisas que mencionam a situação das mulheres do Morro da Penitenciária (ABREU, 2002; SAITO, 2011; SANTOS, 2009; MAGALHÃES, 2015).

Além dos fenômenos que atravessam o mundo do trabalho na comunidade, é importante contextualizar outros processos relevantes na história do Morro da Penitenciária. Quanto às expressões da ocupação territorial, é visto que a comunidade tem seus limites crescentes, sendo percebidos a olhos nus através da vista da comunidade. Por meio da história oral, alguns dos profissionais da Casa da Criança, enquanto moradores antigos da comunidade, relatam o crescimento da ocupação nos últimos 10-20 anos. Esse fato é descrito como uma das circunstâncias que tornaram a mobilização dos moradores mais escassa.

Outra dimensão importante de mencionar, é que o impacto do crescimento das lideranças relacionadas ao tráfico de drogas na comunidade. Com o comércio informal de drogas, essas lideranças alteram significativamente as formas de vida dos moradores, moldam as estruturas de poder e regulam a organização dentro da comunidade (CORREIA; SOUZA, 2020). É visto que o Estado se faz ausente pela garantia efetiva de direitos a essa população; por outro lado, torna esses sujeitos alvo das medidas coercitivas e repressivas, incluindo a aplicação do direito penal e a violência policial, manifestações recorrentes nas comunidades marcadas pela desigualdade social (CORREIA; SOUZA, 2020). Essas questões são relatadas pelos moradores do Morro da Penitenciária já nas décadas de 1990 e atualmente (PADUANI, 2000). Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que é essencial desmistificar a ideia de que o tráfico de drogas é meramente um "problema" social. Devido à alta lucratividade desse mercado, ele se torna uma parte funcional e necessária do metabolismo social capitalista, sustentado a partir de diversas conexões e arranjos de poder, inclusive com o próprio Estado (COSTA et al., 2021, p. 2). O fato é que, como expressão da criminalização e do estigma das drogas que recaem sobre as classes populares, são esses os grupos que se tornam alvos do encarceramento em massa e da violência policial, tornando esses territórios, espaços de constante insegurança.

Tanto nos registros de Tietjen (1994) quanto nas observações em diário de campo (2023), é descrito que a "questão das drogas" passa a ser central entre as famílias do Morro da Penitenciária. As mães relatam os desafios em torno de manter a segurança de seus filhos, de possibilitar espaços de desenvolvimento íntegro a eles, já que as adversidades econômicas da família refletem sobre jornadas extensas de trabalho entre os adultos. Com efeito, os adolescentes, assim que atingem a idade para o emprego formal, são incentivados a procurar trabalho para

ajudar com a renda familiar, incidindo sobre o papel secundário da vida escolar entre esses jovens. Quando ainda, é perceptível que, nas vias convencionais do trabalho, esses grupos não conseguem atingir um padrão de consumo que legitime esses sujeitos na sociedade; assim, há um número expressivo de jovens que se envolvem no tráfico de drogas.

Como parte do processo de crescente superexploração dos trabalhadores, Osório (2019) explica que o discurso de austeridade sobre a proteção social³ nas últimas décadas reflete a natureza de aliciamento do Estado às classes dominantes nacionais e estrangeiras. Por mais que o discurso político frequentemente enfatize a diminuição do papel estatal, na prática, o Estado permanece como um ator central na sustentação do projeto hegemônico (OSÓRIO, 2019). De tal modo, o autor explica que isso é evidenciado com a adoção de medidas coercitivas recorrentes para compensar as fraturas sociais exacerbadas pela superexploração e pela forma de integração do país no sistema do Capital. O Estado, como detentor do monopólio legítimo da violência, se configura como um agente essencial na reprodução das desigualdades, aplicando intervenções coercitivas que asseguram a manutenção da ordem capitalista. Essa dinâmica, por sua vez, legitima práticas de repressão que recaem de forma desproporcional sobre as populações vulnerabilizadas. Assim, os impactos da criminalização das drogas e da precarização dos serviços públicos se relacionam, evidenciando a funcionalidade dessa violência para a sustentação das relações de poder e de dominação.

Em relação ao processo de ocupação do Morro da Penitenciária é importante mencionar as consequências sobre o solo resultado da falta de planejamento urbano adequado. As famílias convivem com o risco de movimentos de massa e alagamentos, que podem gerar perda completa ou parcial de bens materiais. Para esses fins, e somente por meio da mobilização das lideranças comunitárias, a prefeitura permitiu a concessão do Aluguel Social às famílias do Maciço do Morro da Cruz, como resposta emergencial às intensas chuvas de 2008 em Florianópolis. O benefício, inicialmente gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), visava ajudar famílias cujas casas foram destruídas ou

³ “Será no marco da industrialização, quando a ‘questão social’ é colocada em cena pela primeira vez, que os mecanismos de proteção social evoluem radicalmente e começam a transpor do âmbito privado para o âmbito público, aparecendo como uma necessidade política de Estado (YAZBEK, 2010, p.03). Entende-se por proteção social as formas de intervenção do Estado no processo de reprodução e distribuição da riqueza socialmente produzida, que garantem o bem-estar de seus cidadãos.” (CARVALHO; MOLJO, 2018, p. 148)

interditadas permanentemente. O suporte financeiro buscava assegurar moradia temporária enquanto soluções habitacionais permanentes eram desenvolvidas (BOLSONI, 2012). Contudo, Bolsoni (2012) explica que a implementação do aluguel social enfrentou inúmeras dificuldades. Atualmente, o cenário permanece igual, embora tenha havido reajuste no valor do benefício, o benefício segue hoje com normas semelhantes às de sua instituição e atualmente é chamado de Auxílio Habitacional. Como medidas definitivas de moradia *popular* não estão na agenda política a nível nacional, nota-se que os planos de habitação apontam para uma direção de financeirização da política habitacional. Rosa (2015) explica que a perspectiva de direitos é implementada por meio de políticas fragmentadas, serializadas e compensatórias, fazendo com que a política habitacional opere estritamente sob a lógica do mercado⁴. Nesse contexto, a autora destaca como essas políticas são úteis para transferir capital aos lobbies do mercado imobiliário e financeiro. A nível municipal, em Santa Catarina, embora o Auxílio Habitacional impacte concretamente na renda das famílias usuárias, as mesmas continuam em situação de risco, enfrentando os efeitos da falta de moradia segura.

São poucos os dados disponíveis nos últimos anos, o que dificulta mensurar o número de famílias, a infraestrutura e o perfil dos moradores na comunidade resultantes dos eventos descritos na última década. Contudo, como não houve mudanças estruturais na realidade vivenciada pelos moradores, as demandas imediatas que chegam a Casa da Criança indicam o agravamento das condições de moradia, trabalho, saúde e segurança entre os moradores da comunidade.

Os principais fenômenos destacados na história e na atualidade do Morro da Penitenciária revelam as diversas dimensões que moldam a vida dos moradores da comunidade. Percebe-se, portanto, que o crescimento da área, agravado pelos fluxos migratórios do campo para a cidade, marca o território; as dinâmicas econômicas, que refletem na incapacidade de se absorver a força de trabalho disponível, vinham de encontro com os altos índices de informalidade e precarização do trabalho. Além disso, a ausência de políticas habitacionais eficazes e a marginalização no acesso a direitos fundamentais criam um ambiente de constante insegurança, agravado pela presença do tráfico de drogas e da violência do Estado. Como visto, por mais que a mobilização comunitária tenha conquistado alguns

⁴ O tema é melhor abordado no texto de Rosa (2015) que aprofunda o tema exemplificando especialmente o programa Minha Casa, Minha Vida criado pelo presidente Lula em 2009.

avanços, como a regularização de terras e a implementação de serviços públicos básicos, a garantia efetiva desses direitos nunca foi alcançada nas comunidades em situação de vulnerabilidade. Entretanto, as articulações populares seguem sendo vetores de transformações do território, ainda que de diferentes formas ao longo das últimas décadas.

2.4 A TRAJETÓRIA DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DO MORRO DA PENITENCIÁRIA

Visto os agravantes que determinam a situação das mulheres em espaços de vulnerabilidade social, percebe-se que suas vivências são permeadas por constantes enfrentamentos diante das limitações de seu cotidiano. No Morro da Penitenciária, as mulheres estão em contato direto com as dificuldades descritas no território. De tal forma que, ao longo de toda a formação na comunidade, elas desempenharam papel crucial nas organizações comunitárias, enquanto lidam paralelamente com as demandas familiares, os impasses em sua vida profissional e pessoal.

Para citar alguns avanços, em 1985, a Comissão da Terra que teve o fortalecimento ativo entre as mulheres da comunidade, embora com dificuldade, anos depois, essa luta significou a regularização do território em nome dos moradores. No mesmo período, fortalecia-se a articulação para construção da Casa da Criança, que passou a ser um espaço de socialização entre os moradores. Em seus anos iniciais, constituiu-se um grupo de geração de renda na Casa, usando o espaço como uma padaria/mercearia para o trabalho e consumo entre os moradores do Morro da Penitenciária, abrindo assim possibilidades de renda extra para essas trabalhadoras. Por limitações materiais e o fortalecimento da finalidade do Projeto, a padaria da comunidade não durou muitos anos, contudo, a Casa seguiu sendo espaço de convivência entre os moradores da região.

Em 1995, formou-se o Grupo de Mulheres do Morro da Penitenciária, com iniciativa do Serviço Social da Casa da Criança. Seu Plano de Ação 1994/1995 descreve que a finalidade dos encontros era

[...] contribuir para que os pais das crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária através da prática vivenciada no Projeto Casa da Criança, tomem consciência das injustiças, descubram e conquistem seus direitos,

vislumbrem estratégias de reação no sentido de mudarem, de forma coletiva os rumos de sua história (Plano de Ação Serviço Social da Casa da Criança apud KACZUR, 1995, p.26)

Desse modo, o grupo passou a ter encontros semanais, tornando-se um espaço para desenvolver atividades de pintura e artesanato e outros momentos destinados às conversas e reflexões a partir de assuntos de interesse entre as participantes. Kaczur (1995) acompanhou os encontros das mulheres e elencou algumas considerações sobre os debates e reflexões do grupo. A autora reitera o papel fundamental que os encontros tinham para instigar a consciência crítica entre as mulheres. Ao provocar os desafios que elas enxergam em seu cotidiano, os temas permearam a educação dos filhos, divisão do trabalho em casa, relacionamento afetivo, saúde, planejamento familiar e trabalho. As discussões conduzidas pela autora em campo, apontavam também para o tema da violência, com o amadurecimento das reflexões as mulheres passavam a ampliar suas percepções para as violências cotidianas que estavam imersas.

Receber um salário mínimo também é uma violência, é muito pouco. A gente rala o mês inteiro prá ganhar uma mixaria (entrevista D. Dorva) (KACZUR, 1995, p. 37)

Outra consideração relevante sobre os debates girava em torno das dificuldades que envolvem suas vidas profissionais. Os efeitos do trabalho doméstico e suas características de má remuneração, informalidade, e precarização são explicitados entre as mulheres do grupo. A exaustão e os problemas de saúde resultantes do conjunto de responsabilidades atribuídas às mulheres são descritos entre as participantes do grupo que, para agravar, dispõem de poucos recursos para cuidar de sua saúde. É destacada a ausência majoritária do pai e as dificuldades de ser mãe solo. Contudo, o cenário e a responsabilização do cuidado das crianças para as mulheres do lar são marcantes, mesmo quando a figura paterna reside na mesma casa.

Os temas elencados pelo grupo tocavam na temática de sexualidade e relacionamentos afetivos, o que tornou evidente as problemáticas relativas à condição da mulher frente às relações de gênero expressas em seus núcleos familiares. As mulheres do Grupo relatam confusões sobre consentimento e vontade de ter relações sexuais com seus parceiros, dilemas sobre a responsabilidade de

proteção contraceptiva, que normalmente recai exclusivamente sobre elas, além dos embates envolvendo a indisponibilidade ou desinteresse de seus parceiros tanto no relacionamento com os filhos quanto ainda na relação do casal. Conforme Saffioti (2013), a autorrealização das mulheres na sociedade patriarcal de classe é considerada legítima quando elas cumprem o papel tradicional de esposas e mães. A subjetividade das mulheres é fortemente marcada por esses papéis, e a condição de classe dificulta sua autonomia e autossuficiência material, que tem relação com a conformação das mulheres no mercado de trabalho. Nesse contexto, como aponta González (2020), as mulheres negras e pobres já desempenhavam o processo de reprodução social muito antes das mulheres brancas e de classe média começarem a se inserir efetivamente no trabalho fora do lar.

Reitera-se que noção de propriedade na sociedade capitalista não cabe somente à estratificação de classe na esfera econômica, mas também serve para reiterar as relações sociais desiguais que já estavam presentes nas sociedades antigas sobretudo porquê essas passam a ser especialmente funcionais na sociedade do capital. A propriedade do homem sobre a mulher foi reforçada pela estrutura da família nuclear burguesa, que se consolidou durante a Revolução Industrial. A família monogâmica, base do capitalismo, foi construída sobre a propriedade privada e a herança, e as mulheres eram vistas como parte dessa propriedade, desempenhando um papel essencial na manutenção da estabilidade econômica e social, sendo responsáveis pela reprodução e pelo cuidado dos filhos, garantindo a continuidade da herança familiar. Embora nas últimas décadas e não de maneira hegemônica, tenha se sustentado os ideais românticos entre as relações de sexo, a estrutura familiar segue expressando os traços da propriedade do homem sobre a mulher. Mesmo nas classes em que a herança não é um fator central, devido à ausência de bens significativos, a ideologia burguesa exerce um papel ativo na subjetividade e nas relações de gênero em toda sociabilidade, embora com aspectos que possam se diferenciar especialmente pelas questões raciais constituídas na sociedade de classes brasileira (SAFFIOTI, 2013). Assim, evidencia-se a vulnerabilidade das mulheres sobre a violência conjugal, já que essas relações de poder regem a vida privada das famílias. Os relatos evidenciados por Kaczur (1995) ilustram os efeitos desses fenômenos em suas vidas cotidianas.

Os encontros do Grupo de Mulheres possibilitaram um espaço de construção de consciência crítica para as participantes, embora com limitações,

Kaczur (1995) descreve o engajamento delas ao longo dos encontros e os pequenos movimentos de transformação que essa coletividade fomentava em suas vidas cotidianas. Para além disso, como relevante contribuição, o grupo organizava sua prática política mobilizando-se diante das dificuldades da comunidade e, sobretudo, dos impasses econômicos da Casa da Criança; em articulação com a diretoria, as mulheres organizaram rifas e eventos de arrecadação que possibilitaram o fortalecimento do Projeto.

Ainda em 1995, fruto das inquietações do grupo frente aos problemas na comunidade e, sobretudo, com a desmobilização da associação de moradores, as mulheres do Morro da Penitenciária, juntamente com a diretoria da Casa da Criança, reivindicaram a antecipação das eleições de gestão. Com algumas participantes do Grupo de Mulheres, outras que se vinculam ao projeto e à Paróquia, construíram a chapa que passou a se chamar “*Caboclas da Serra*”⁵, vencendo as eleições como chapa única constituída somente de mulheres (KACZUR, 1995).

A associação de mulheres seguiu fortalecida durante os anos decorrentes. Contudo, o Grupo de Mulheres se reconfigurou, e as demandas pessoais traziam empecilhos à constância dos encontros. Nota-se que esse momento vai de encontro ao contexto de influxo das lutas sociais como um todo na década de 1990; segundo relato da atual Assistente Social da Casa da Criança, o crescimento da região e a dificuldade de se trazer as gerações atuais da comunidade para organização coletiva tornaram-se fatores relevantes para a descontinuidade de alguns movimentos no Morro da Penitenciária. Contudo, a iniciativa das mulheres do Morro da Penitenciária rendeu frutos positivos que são sentidos até hoje na comunidade.

As observações levantadas por Kaczur (1995) se fazem relevantes para refletir a trajetória de lutas entre as mulheres da comunidade. Percebe-se que o contexto da mulher, tanto em âmbito coletivo quanto no enfrentamento de suas questões cotidianas, é marcado por estratégias e práticas que buscam subverter a realidade em que se inserem, tendo efeitos sobre seu meio social e sua vida familiar. Vê-se que as transformações do mundo do trabalho impactam diretamente sobre as possibilidades de construção de lutas coletivas, tendo efeitos negativos para todos os trabalhadores. Além disso, o enfraquecimento dos Movimentos de Bairros nas últimas décadas repercutiu entre as comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Não

⁵ “*Nós escolhemos este nome, porque nós somos todas caboclas daquelas bandas né, somos todas lá da serra, de Lages...*” (D. Zilma, membra da chapa) (KACZUR, 1995, p. 47)

somente isso, como as próprias lideranças vinculadas ao tráfico passam a disputar o terreno organizativo das comunidades.

Referente à organização comunitária do Morro da Penitenciária, observa-se que esse movimento passou por transformações significativas quando visto na atualidade e na descrição de Kaczur (1995) sobre o tema na década de 1990. O que se busca destacar com o relato da trajetória de lutas e resistências entre as mulheres da comunidade são essencialmente as potencialidades que são expressas nesses espaços. Como parte das expressões da luta de classes, embora os esforços ideológicos busquem abafar e individualizar os problemas que a classe trabalhadora encara no campo das relações sociais, a história e a análise concreta das experiências vivenciadas no campo de estágio revelam caracteristicamente um cotidiano que não poderia ser permeado por outra coisa que não seja o *enfrentamento* e a *resistência*, ainda que isso esteja convertido em ações fracionadas, pontuais e paliativas.

As mudanças no mundo do trabalho, os ataques aos Movimentos de Bairros e as disputas pelo controle das lideranças na comunidade são indicadores de que, este é um campo em disputa, independentemente da consciência daqueles que estão envolvidos. Com isso destaca-se que a prática não pode ser entendida como neutra; ao contrário, ela espelha as contradições e as disputas de projetos coletivos que acabam sendo expressos no cotidiano, especialmente nos espaços em que os efeitos da questão social são sentidos mais agudamente.

Nesse cenário, reitera-se as potencialidades organizativas das mulheres do Morro da Penitenciária. Essas capacidades podem ser exploradas no agir profissional do Assistente Social que se insere nesses espaços e que tem como princípio ético-político o compromisso com a autonomia e com a emancipação política. Essa tarefa exige, para além da apropriação dos desafios presentes na realidade, uma práxis estritamente aproximada da classe trabalhadora, à qual também faz parte a categoria dos assistentes sociais.

3 A CASA DA CRIANÇA E A COMUNIDADE NA ATUALIDADE

Compreendendo as determinações históricas que impactam a situação da mulher trabalhadora do Morro da Penitenciária, entende-se a necessidade de caracterizar o perfil atual dos moradores do Morro da Penitenciária, com o objetivo

de conhecer os sujeitos e suas realidades frente aos processos já mencionados de intensificação das expressões da questão social nas últimas décadas.

A Casa da Criança atende majoritariamente os moradores da comunidade⁶, e no decorrer dos últimos anos, o projeto viu a necessidade de buscar identificar as condições familiares dos educandos, inserindo questões relativas à composição familiar, raça, renda, trabalho, moradia nos formulários de matrícula e rematrícula. Tanto a criação de vínculo com os responsáveis, quanto a disposição desses dados servem para caracterizar as necessidades e os desafios que perpassam o ambiente da criança e do adolescente e que acabam reverberando diretamente sobre os educandos do projeto. Além disso, a permanência contínua das crianças no projeto, que pode variar entre 2 e 8 anos, possibilita ainda que a Casa da Criança tenha uma apreensão mais geral das famílias que atende.

Para a presente pesquisa, a mediação teórica sobre as dimensões da vida reprodutiva das mulheres do Morro da Penitenciária partirá dos dados extraídos das matrículas para o ano letivo de 2024 na Casa da Criança. Contudo, algumas observações são consideradas no contato com os formulários dos anos passados, já que servirão para contextualizar a amostra e os dados coletados. Com base nas análises construídas em campo de estágio e que conduziram a temática da presente pesquisa, identificam-se algumas características sobre as fichas de matrícula dos educandos. Para citar:

- Até o ano de 2022 os formulários eram físicos e escritos pela equipe técnica do Serviço Social da Casa da Criança, que conduzia o momento de matrícula em formato de conversa com os responsáveis, levantando as questões em cima do modelo geral⁷
- Em 2023 e 2024, as rematrículas aconteceram virtualmente por meio de formulário no *Google Forms*. O registro de novos educandos no projeto segue acontecendo nos moldes presenciais, já que representam o primeiro contato da família com o projeto.
- Os formulários para novos e antigos educandos têm o mesmo padrão e levantam questões com os mesmos marcadores. Ou seja, essas informações são atualizadas pela família anualmente.

⁶ Ao se inserir como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a Casa da Criança passa a receber apoio para acolher demandas pontuais de outras comunidades no entorno, especialmente considerando a falta de vagas em projetos sociais nas respectivas regiões.

⁷ Essas informações são requisitadas pela Secretária de Assistência Social de Florianópolis.

- Os grupos de crianças de 6 a 13 anos representam as turmas com mais número de matrículas, o que se explica pela inserção dos adolescentes maiores de 14 anos nos trabalhos de menor aprendiz ou ainda em empregos informais, conforme descrito pelos profissionais da Casa da Criança.
- O momento da matrícula, seja virtual ou presencial, é respondido majoritariamente por alguma mulher, pelas mães, mas também tias, avós ou amigas da família

Visto que as informações são atualizadas anualmente pelas famílias, nos dados sobre as crianças que frequentam o Projeto há mais de 2 anos, chama a atenção a maleabilidade entre as respostas que tocam os aspectos subjetivos das famílias. Como, por exemplo, a autodeclaração racial, em que o respondente indica se a criança ou o adolescente é *branco*, *negro*, *pardo*, *indígena* ou *amarelo*. É observado que, entre as matrículas de permanência do mesmo educando, essa questão é respondida de diferentes maneiras pelos responsáveis ao longo dos anos. Esse torna-se um exemplo claro de que, embora os dados coletados busquem expressar as condições reais dessas famílias, a natureza dessas informações só pode ser compreendida em seu sentido abrangente. No Brasil, apesar do IBGE abordar o elemento raça em suas pesquisas desde a década de 1940, Freitas (2021) ressalta que ainda há uma confusão significativa em relação à autodeterminação racial dos indivíduos. Visto que não há esforços para o reconhecimento coletivo das determinações raciais entre a população; as tendências históricas de branqueamento e o mito da democracia racial influenciam a forma como as pessoas se identificam racialmente (FREITAS, 2021). Sobre essa questão, reflete-se também sobre o momento de escrita das fichas de matrículas, quando realizadas presencialmente, as responsáveis por vezes se esquivam da pergunta ou ainda questionam a própria profissional do atendimento sobre a declaração racial do educando.

No mesmo sentido, as informações levantadas sobre a composição familiar entre os educandos também são complexas, já que representam uma esfera social dinâmica. Com base nas concepções que, inclusive, embasam o princípio da Matricialidade do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2013), reconhecemos a família como núcleo básico e primário de cuidados e socialização das crianças. O que é expresso entre as matrículas e matrículas é a diversidade com que essa questão é respondida. São casos em que as tias, primos, avós

compõem o núcleo familiar primário de convivência e moradia, ou ainda casos em que, em determinados anos, a figura paterna é mencionada no lar e em outros anos não. Casos em que a criança é cuidada em mais de um lar, seja variando seu tempo com o pai e com a mãe ou ainda com a mãe e tia, mãe adotiva, avó, etc. Os arranjos familiares são diversos e podem se modificar ao longo dos anos; essa dimensão é percebida na prática cotidiana com as crianças e também com a relação da família com o Projeto.

Desse modo, entende-se que os resultados das informações coletadas a respeito das matrículas mais atuais podem refletir incongruências com as experiências vivenciadas pela amostra, pois parte do pressuposto que essa realidade é complexa e dinâmica. Nesse sentido, é ressaltado tanto o formato como ocorre a pesquisa quantitativa, evidenciando os métodos elaboradores, quanto ainda os atravessamentos que refletem as respostas das famílias do Morro da Penitenciária. A análise dos dados mais recentes das famílias atendidas na Casa da Criança tem por objetivo traçar algumas considerações sobre os resultados coletados e os atravessamentos mais gerais que perpassam essas questões. Entende-se que o cenário é dinâmico e que, refletindo sobre esses movimentos, é possível reconhecer o caráter contraditório da estrutura da sociedade burguesa. Assim, “a natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade” (NETTO, 2011, p. 57); não havendo fórmulas para determiná-la. Cabe aos “sistemas de mediação” articular a totalidade em que os fenômenos se inserem, compreendendo o metabolismo entre os processos gerais e as expressões das particularidades presentes.

Juntamente com os dados, será relevante o conteúdo das entrevistas cedidas pelas mães vinculadas à Casa da Criança. A escolha das mães para a entrevista veio a partir do contato com a Assistente Social do Projeto, que elencou algumas mulheres que poderiam trazer experiências relevantes para a pesquisa, com base na proximidade e vínculo estabelecido com a família.

3.1 AS MULHERES, MÃES E TRABALHADORAS DA COMUNIDADE

A coleta de dados foi feita a partir do formulário de rematrículas para o ano letivo de 2024. Para a presente pesquisa, foi considerado somente os educandos

que residem no Morro da Penitenciária. A escolha das questões, entre a amostra de 86 famílias (107 educandos), reservou as questões que abordam a condição de moradia, trabalho e renda. Entre a amostra, todos possuíam dados sobre a mãe/madrasta/avó em contraposição à ausência de dados sobre alguns pais.

Questionado sobre a composição familiar dos educandos, foi respondido que 48,88% vivem com ambos os pais. **Outros 40,70% residem apenas com a mãe**, enquanto 6,98% vivem com a mãe e o padrasto. Apenas 1,16% dos educandos vivem com o pai e a madrasta, a mesma porcentagem daqueles que residem exclusivamente com o pai. Por fim, 1,16% vivem com seus avós ou bisavós.

Sobre a escolaridade, foi respondido que 38,37% das mães não finalizaram o ensino médio. Outros 36,05% concluíram essa fase e 24,42% das mães não concluíram o ensino fundamental. Apenas 1,16% das mães têm ensino superior completo.

Quanto à profissão das mães, foi respondido que 32% trabalham em serviços de limpeza, como auxiliares de serviços gerais, de cozinha, ou como zeladoras. Outros 25,58% estão envolvidas em trabalho doméstico, incluindo funções como diarista, faxineira, babá, cuidadora, lavadeira, passadeira e cozinheira. Um total de 16,28% atua no setor de serviços em geral, como atendentes, vendedoras, cabeleireiras, encarregadas ou baristas. Cerca de 15,12% das mães são donas de casa. A categoria de "outros" (que envolve professoras e estudantes de nível médio-técnico), representa 3,49% do total. Como desempregadas, responderam outros 3,49%. **Nota-se que 72,7% estão vinculadas a setores de trabalho manual no espectro do cuidado e limpeza, seja realizado em casa ou em espaço externo (outras casas ou empresas).**

Questionadas sobre o regime de trabalho, observou-se que uma expressiva parcela de mulheres está fora do mercado de trabalho formal, totalizando 58,24% da amostra (18,60% trabalham em casa, 23,26% são autônomas, e 13,95% estão desempregadas). No regime CLT, encontram-se 34,88%. Apenas 1,16% das mães atuam como MEI e 1,16% estão aposentadas; 6,98% não responderam à pergunta.

Em relação à renda familiar, foi respondido que 44,19% das famílias têm uma renda familiar de até 1 salário, 40,70% possuem uma renda de até 2 salários, 10,47% não possuem nenhuma renda, e 4,65% têm uma renda de até 3 salários.

Foi identificado que 60,47% das famílias possuem casa própria na comunidade, 36,05% vivem em imóveis alugados, e 3,49% residem em moradias

cedidas. Embora uma parcela significativa dessa amostra está em residências alugadas, a predominância de imóveis próprios se relaciona com o tempo de permanência das famílias na comunidade; relata-se que as mães que estão há mais de 15-20 anos normalmente são as que já possuem sua moradia. Não há um levantamento sobre a quantidade de moradias regularizadas, já que as moradias da comunidade são resultado das ocupações. Pontua-se que a maioria dessas ocupações convive com o estado de insegurança por conta dos riscos do solo já mencionados. Além disso, entende-se que moradia própria não encerra o direito à moradia, já que essa deve incluir condições de acesso a saneamento básico, água potável, serviços públicos e infraestrutura urbana adequada, o que segue sendo um desafio entre a população do Morro da Penitenciária.

Embora não tenha sido levantada a autodeclaração racial das mães no formulário, já que o usuário direto do Projeto é a criança e/ou adolescente; as responsáveis respondem sobre seus dependentes. Assim, 86 famílias da amostra correspondem a 107 educandos matriculados na Casa da Criança. Dessas, aproximadamente 40,2% são brancas, 21,5% são negras, 37,3% são pardas e 0,9% são indígenas.

3.2 VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DAS MULHERES DO MORRO DA PENITENCIÁRIA

A partir do contato com três (3) mães que fazem parte da amostra coletada, foi agendada a entrevista individual que veio a ser realizada no próprio espaço da Casa da Criança. A escolha das entrevistadas foi baseada em sugestões feitas pela Assistente Social, levando em consideração, principalmente, a disponibilidade para participar de encontros presenciais durante o horário comercial, devido às suas rotinas de trabalho. A entrevista foi planejada considerando o modelo de questionário semiestruturado (APÊNDICE A). No momento, foi explicado e feita leitura sobre o Termo de Consentimento Livre (APÊNDICE B), com presença e assinatura de testemunha no caso da Entrevistada 3.

Com base nas narrativas será pontuado alguns elementos surgidos ao longo das entrevistas e que ilustram o contexto de vida das mulheres em foco. A Entrevistada 1 atualmente trabalha em regime autônomo como faxineira. Sua rotina envolve a limpeza de casas e apartamentos, trabalhando em pelo menos 3 espaços

diferentes, recebendo diárias. Ao resgatar seu histórico de trabalho, ela conta que iniciou no trabalho doméstico aos 9 anos de idade, quando já pegava bicos para complementar a renda familiar. No momento, não trabalha registrada, mas ela relata ter trabalhado por 23 anos como empregada doméstica para a mesma família onde iniciou suas atividades em sua cidade natal, no Rio Grande do Sul. Posteriormente, mudou-se com seus empregadores para o Mato Grosso, onde permaneceu trabalhando com eles por mais 7 anos. Sobre o processo de mudança e a rotina de trabalho no novo estado, ela relata.

Eu deixei minhas amigas lá, eu deixei o pessoal chorando (...) mas falei, eu vou ir com eles, para onde forem eu tenho que ir né? enquanto eles estão me querendo (...)

*Daí começava as 8 ficava com as meninas, meio dia levava na escola, voltava daí fazia faxina, ali por 5-6 horas da tarde eu parava, eu tinha o meu horário de descanso (...) mas né **ela dizia que eu já era da família**, viajava eu ia junto; para onde eles iam eu ia junto... então eu era assim... o brindezinho da família.*

Posteriormente, a família veio para Florianópolis, onde a entrevistada também se mudou e seguiu trabalhando por mais um período. Nesse período, já com a perspectiva de construir sua vida na capital. É moradora da comunidade há pelo menos 15 anos. Assim, nesse período

com eles começava com as oito até a uma, aí depois eu ia nesse prédio que eu fazia faxina, daí era um direto pro outro (...)

*nessa época é quando eu já tava aqui né (...) **as meninas deles já estavam umas moças, vieram para fazer faculdade e eu vim cuidando dela, faz 12 anos** (...)*

Depois eu tive a [minha filha]... aí eu casei, né? Dai eu falei, agora vou cuidar da minha filha aqui... (ENTREVISTADA 1)

Por outro lado, a entrevistada 2 também descreve sobre o processo de mudança de cidade. Ela é natural de uma cidade no interior da Bahia e afirma ter vindo morar em Florianópolis recentemente na perspectiva de melhores condições de vida. Ela conta que sempre trabalhou com faxina,

Na minha cidade eu trabalhava com faxina, mas lá é bem difícil trabalhar. Lá você trabalhava muito mais (...) Era no interior, bem mais interior, assim. Diferente do que a gente está acostumado aqui, né? (ENTREVISTADA 2)

A entrevistada 3 se assemelha aos relatos, mora há mais de 40 anos na comunidade, veio ainda adolescente. Relatando que o destino no interior é o trabalho no campo, ela conta que

Olha, porque é como eu disse pro pai, aqui a gente batalha e batalha... Não ganha nada, nada. Porque às vezes vinha chuva e a gente perdia tudo. (...) Todo o trabalho é cansativo. Mas lá ainda parece que é pior (...) Porque tu trabalha no sol, né?... É sofrido.

Em Florianópolis, as entrevistadas seguiram vinculadas ao trabalho de faxina, em períodos consideráveis fora do mercado formal. A entrevistada 2 relata que, embora preste serviço para uma empresa terceirizada, complementa sua renda com as diárias de limpeza, que normalmente variam a depender da demanda das famílias com as quais ela trabalha.

De outro lado, a entrevistada 3, que veio sem documentos para a capital, só veio a ser registrada porque uma antiga patroa pagou sua passagem e cuidou dos trâmites para a documentação.

*Porque eu não tinha documento, meu pai não tinha feito o meu documento, daí uma patroa minha que pagou, eu fui lá, ela pagou a passagem e tudo, daí meu pai foi me registrar. **Eu acho que nem sei quantos anos eu tenho de carteira assinada, mas eu tenho pouco.** (ENTREVISTADA 3)*

Outro desafio que a Entrevistada 3 enfrenta refere-se à sua condição de não ter sido alfabetizada. Essa limitação a torna dependente da filha, que a assiste em todos os trâmites que exigem habilidades de leitura e escrita. Desse modo, esteve a maior parte do tempo trabalhando na informalidade. Nos últimos anos, porém, seu estado de saúde se agravou e ela esteve dependente do benefício do INSS, que nos últimos meses foi negado.

É comum entre as entrevistadas lidar com o cuidado materno sozinhas. Buscando pela pensão na justiça, e descrevendo o cotidiano que envolvem conciliar o trabalho e maternidade, elas afirmam que

É, agora eu tomo numa peça só, uma kitnet então eu chego, arrumo a casa... a escola por enquanto não tá dando tantos deveres, mas se não tem que ficar falando se tem prova ou atividade, porque a escola fica mandando, é isso... a rotina de todos os dias né (...) daí é celular, internet, tem que ficar de olho né, o que tá vendo com quem tá falando (...) Agora, pra mim tá sendo bem difícil assim, é só eu... (ENTREVISTADA 1)

É puxado. Agora é pra eu ir lá (...) eu tenho audiência pra poder me ajudar na pensão, né? É complicado. Tô agora ali, me virando sozinha (ENTREVISTADA 2)

A entrevistada 3 que relata ter passado pela separação já no início da maternidade, afirma que nunca pôde contar com o pai, de tal forma que

*Foi muito sofrido pra mim, ainda sofria mais, porque ele me incomodava, né? Além de me ajudar, ele me incomodava. **Eu sempre dei conta dos meus meninos sozinha. Sempre.***

Sobre o casamento, é semelhante às experiências que envolvem relações complicadas, muitas vezes marcadas por violência ou pela ausência dos pais nos cuidados com os filhos. Com a entrevistada 1, é perceptivo que assunto é sensível para a mãe, já que relata ter feito uma denúncia de violência doméstica contra o ex-companheiro, porém

eu tive que tirar a denúncia, estava muito mais prejudicando (...) ele não pegava mais a filha, não falava com ela (...) ele disse que estava prejudicando ele no trabalho, aí eu tive que tirar... (ENTREVISTADA 1)

Além disso, as entrevistadas enfrentam dificuldades adicionais relacionadas à manutenção financeira do lar no contexto de moradias inacessíveis. No caso da entrevistada 1, que antes do divórcio compartilhava essas responsabilidades com o parceiro, as adversidades de sustentar o lar passou a recair integralmente sobre ela. Também como mãe solo, a entrevistada 3, que mora na comunidade desde adolescente, conseguiu só recentemente adquirir sua casa própria, e que só foi possível a partir de um auxílio financeiro de uma antiga empregadora.

(...) Agora é um cômodo, mas eu vivi de aluguel. Eu vivi com a trouxa nas costas, dando conta tudo sozinha. Jamais eu ia conseguir comprar uma casa, porque ganho salário mínimo, né? (...) daí ela me ajudou, mas então eu pensei, agora que tem a casa, não tem móveis, né? Porque lá onde eu morava era tudo do dono... Daí falei com ela, como ela tava indo embora, ela me deu fogão, me deu a pia, me deu uns móveis... (ENTREVISTADA 3)

Durante a entrevista, fica evidente que o contexto relatado representa prejuízo à saúde dessas mulheres.

Ó, tem dias que eu chego cansada. Sexta é o pior dia, né? Porque não é fácil. Tem dias que a gente vem cansada (...) com dor no corpo... (ENTREVISTADA 1)

*E os problemas de saúde são mais relacionados aqui [braços], né? E nas costas também. Tem dias que dói bastante. **E no outro dia continua, Não pode parar né...**(ENTREVISTADA 2)*

As questões de saúde mental foram relatadas durante a entrevista. A entrevistada 1 conseguiu, junto à delegacia da mulher, atendimento psicológico gratuito. Porém, não consegue manter constância, visto que precisa priorizar as

faxinas quando é chamada no mesmo horário. O caso mais expressivo é o da entrevistada 3, que, como mencionado, esteve afastada do trabalho por conta de uma doença autoimune precedente do seu quadro de depressão:

Daí ela [médica] diz que é o estresse emocional da cabeça, cada vez mais nervosa que eu fico, é pior. E daí agora negaram meu auxílio, fiquei nervosa daí eu fico com dor olho, na cabeça (...) inflama tudo aqui

e hoje tá difícil pra mim, sempre trabalhei e agora eu fiquei meio ruim, meio desanimada, sem contar com nada, né? Mas sempre cuidei.. ainda é eu que dou conta da casa (...) porque é tanta coisa, que a mente não chega... uma hora adoce né?

Com o auxílio-doença negado, ela relata sua situação de falta de renda, expressando sua angústia

E agora, o que é que tá acontecendo? Eu tô me endividando, né? Porque eu tô pegando fiado nas vendas para comprar comida (...) Mas é porque a cabeça também vai sobrecarregando, né? Porque tu sabe que tu tem aquela dívida.

Você trabalha, trabalha, trabalha e não sai do lugar... e, às vezes, você... enfim, consegue ali uma casa com muita luta, muita luta, muita luta. (ENTREVISTADA 3)

A entrevistada 3 conta sua desconfiança com as políticas de seguridade social, já que afirma não poder contar com o benefício de auxílio-doença, nem com o programa Bolsa Família. Alguns assuntos que tocam no tema da maternidade são sensíveis à respectiva mãe, que enfrenta o luto de ter perdido um dos filhos ainda adolescente, por ele ter infringido as *leis do território* determinadas pelo tráfico. Esse fato agravou seu quadro de depressão e, conseqüentemente, sua saúde física. Nosso vínculo se iniciou a partir do contato da mãe com a Casa da Criança, buscando ajuda para elaborar seu currículo para seu retorno ao mercado de trabalho. Com essa aproximação, a entrevistada se sentiu mais à vontade no seu relato, principalmente por ter sido o Projeto, desde sua criação, uma referência de apoio à família.

(...) agora o salário foi pra 1.412 algo assim, já subiu, ó... e agora tão falando de um aumentinho ano que vem, mas as coisas já subiram, já subiu o gás, já subiu a luz...É isso que me revolta (...) A saúde, tu tá vendo a saúde? Sabe quantos anos eu tô lá esperando daquele exame (...) é muita dor no estômago, mas o médico pediu o exame do estômago (...) Três anos. Pois é, três anos e pouco, daí fui lá brigar com moço, sabe o que é que o moço diz? É, a senhora tá prevista pra chamar em 2030. (ENTREVISTADA 3)

As vivências levantadas a partir das entrevistas revelam o cenário cotidiano que as mulheres enfrentam. É perceptível que elas lidam com jornadas extensas de trabalho, tanto no que envolve a atividade remunerada, quanto no trabalho reprodutivo em suas casas. Dessa maneira, é possível elencar alguns desafios que envolvem o processo de reprodução social das trabalhadoras do Morro da Penitenciária. O cotidiano descrito revela pontos importantes sobre fenômenos que refletem diretamente a dinâmica da estrutura de classes. Destacam-se, sobretudo, as dificuldades relacionadas ao acesso a trabalho digno e seguro, bem como as condições de manter a moradia e garantir a alimentação. Dessa maneira, elas encaram o cenário da maternidade solo e a constante preocupação com seus dependentes, já que convivem em um contexto adverso ao desenvolvimento, à dignidade e às condições de vida necessárias para si e suas crianças.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO, GÊNERO E FAMÍLIA

Para compreensão das dimensões que envolvem a vida social das mulheres na comunidade, considera-se relevante discorrer sobre a categoria *trabalho*. Em seu sentido ontológico, a busca pela satisfação das necessidades humanas é mediada pela relação do homem com a natureza, e do homem com outros seres (MARX, 2011). Trata-se de uma categoria fundamental já que através do trabalho, o ser humano transforma a natureza e, ao mesmo tempo, a si próprio. Conforme explica Marx (2011), o trabalho é o que diferencia o ser humano dos outros seres vivos, já que permite que ele produza seus *meios* de subsistência. Saffioti (2013) explica que:

Atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é se não o resultado da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida. O trabalho industrial, nas sociedades capitalistas, nesse sentido, não é inerente nem ao homem nem à mulher; é simplesmente um momento da evolução histórica da humanidade, um modo histórico determinado de humanizar a natureza e de retificar as relações sociais. (SAFFIOTI, 2013, p. 71)

Como o trabalho é uma categoria histórica, ou seja, depende das condições naturais e sociais de cada fase do desenvolvimento, entende-se que o formato, a função e o significado do trabalho na sociedade capitalista existem como resultado de determinadas relações sociais. No capítulo 1, foram elencadas as características do trabalho no modo de reprodução capitalista. Foram destacados alguns pontos

sobre a contradição inerente entre a riqueza socialmente produzida e a acumulação privada e como se materializa no contexto atual de desenvolvimento. Essas relações capitalistas estão onipresentes nas sociedades ocidentais, porém as dinâmicas e os efeitos vivenciados são diferentes em cada espaço e dizem respeito às particularidades dos territórios.

O desenvolvimento das forças produtivas e a destruição da estrutura econômica escravista indicaram a transição das relações de trabalho para o regime assalariado no Brasil. Esse processo preservou certos padrões culturais forjados em outras estruturas e que persistem nas novas dinâmicas capitalistas. Nesse sentido, a inferiorização da mulher que esteve presente em outras sociedades ganha um caráter particular no modo de produção capitalista. Nesse cenário, Saffioti (2013) descreve que a força de trabalho é diferenciada em termos de sexo e raça. A autora se atenta para o fato de as mulheres dotarem-se de uma dupla desvantagem, no campo superestrutural a partir de uma subvalorização das qualidades femininas, e no estrutural pela sua conformação periférica no sistema de produção.

Nesse sentido, determinados grupos se integram no processo produtivo de forma subalterna. A partir do trabalho feminino não pago e da força de trabalho negra, não só foi possível a acumulação primitiva do Capital, como essa dinâmica passou a ser conveniente para a conservação da estrutura de classes. Conforme Saffioti (2013):

Os mitos sobre a mulher, como os mitos sobre o negro, por diferentes que possam ser, do ponto de vista de seus conteúdos, e, principalmente, de suas legitimações, desempenham a mesma função essencial: visam a eliminar possíveis competidores, sobretudo nas áreas de atividades mais valorizadas socialmente. Neste sentido, pois, a mística feminina constitui verdadeiro requisito funcional da sociedade de classes. (SAFFIOTI, 2013, p.415)

Conforme apontado, o salário não representa o valor criado pelos trabalhadores e, muitas vezes, sequer atende às necessidades básicas de reprodução da vida desses. O papel desempenhado pelo trabalho doméstico está diretamente relacionado com a organização da vida cotidiana, envolvendo atividades de limpeza, manutenção de espaços domésticos, preparação de alimentos, o cuidado com crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais, entre outras tarefas. Essa atividade, porém, não produz mais-valia; seja quando é desempenhada não remunerada na própria casa, ou assalariada quando é em outro domicílio.

As empresas terceirizadas, por outro lado, passam a inserir esse grupo na dinâmica capitalista de compra da força de trabalho a fim de ofertar o serviço a outras empresas, instituições e residências. Nas diversas variações da economia do cuidado, a autora descreve os elementos que conservam relações arcaicas de trabalho e sua inserção fundamental no modo de produção capitalista. Para agravar, o emprego doméstico no capitalismo é caracterizado por seu papel dentro do exército industrial de reserva. Essa massa de trabalhadoras é requerida ou dispensada dependendo dos períodos de expansão ou recessão econômica. Isso permite que o valor da força de trabalho seja caracteristicamente baixo, e ainda mais impactado pelas relações informais de trabalho.

Dessa maneira, a amostra de mulheres do Morro da Penitenciária é constituída caracteristicamente por trabalhadoras que exercem predominantemente as atividades de limpeza e cuidado (72,7%); elas estão, ou enquanto domésticas, “prestadoras de serviços”, terceirizadas ou donas de casa. As entrevistas trouxeram elementos para se aproximar das características desses trabalhos que, embora vinculados à mesma natureza de manutenção do espaço e reprodução social, são forjados de diferentes formas na sociedade de classes no Brasil e nas relações de gênero e raça.

No trabalho de serviços gerais, segurança e cozinha, intermediado por uma prestadora de serviços a outras empresas, é perceptível a predominância de empregos de baixo salário, que impactam sobre a carga de trabalho, já que elas precisam complementar a renda, normalmente com as faxinas. Esse caso é presente no relato da entrevistada 2. Essas relações de trabalho são inseridas na dinâmica de valorização da força de trabalho e representam uma categoria diretamente impactada pela precarização do trabalho. Essas atividades, que sempre foram cruciais para o desenvolvimento das forças produtivas, passam a ser “isoladas” e de responsabilidade das empresas especializadas com o fornecimento de serviços de limpeza, manutenção, cozinha e segurança. Dessa maneira, os trabalhadores exercem suas atividades em empresas diversas sem constituir qualquer vínculo com elas. A dinâmica permite reduzir o custo da força de trabalho, renuncia a qualquer responsabilidade da empresa contratante, além de minar as possibilidades de organização coletiva entre os trabalhadores do setor.

Toda vez que uma empresa resolve terceirizar, o que ela faz é transferir para outra os riscos e parte dos custos com a contratação da força de trabalho (os trabalhadores, os terceiros). Isso porque o seu próprio contrato

deixa de ser trabalhista (empresa versus trabalhador) e passa a ser comercial ou civil (empresa versus empresa)." (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012, p. 340).

O emprego a partir das empresas *versus* empresa é eximido de passar por diversos direitos trabalhistas. O mesmo se vê entre trabalhadores que passam a empreender por conta própria, sejam como Microempreendedor Individual (MEI) ou caracteristicamente como autônomos. Na competição do mercado, e como trabalhadores livres (ou seja, destituídos de seus meios de trabalho), eles passam a compensar essas desvantagens com a venda extenuante de sua força de trabalho. Esse fato é perceptível com os registros em diário de campo da estagiária na Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Para além do conteúdo colhido das entrevistas, destaca-se outros casos variados que chegam até a instituição e que revelam os efeitos da conformação dessa força de trabalho na dinâmica produtiva. Uma das moradoras, com três filhos, possui vínculo com o projeto e, em suas visitas, durante o acolhimento, suas queixas atravessavam as dificuldades da rotina intensa de trabalho que era exercida em seu próprio lar, a partir da venda de marmittas, salgados e doces. Na busca por renda e na necessidade de prover o lar integralmente, ela passou a trabalhar enquanto "empreendedora". Nessas perspectivas, porém, as narrativas que envolvem o empreendedorismo, de que o patrão tem a alternativa de escolher e flexibilizar suas horas de trabalho, são frustradas, já que se percebe que essas medidas, na realidade, são determinadas pelas condições materiais em que essas trabalhadoras são lançadas ao mercado de trabalho, ou seja, desvalorizada sua força laboral, dependem de horas agregadas para complementar a renda.

Por outro lado, as atividades de cuidado do lar e da família, se relacionam com as necessidades cotidianas para manutenção da vida dos membros. Para que a família esteja disponível para vender sua força de trabalho, suas necessidades básicas precisam ser atendidas. Assim, as famílias que possuem rendimentos suficientes repassam essas atividades às trabalhadoras domésticas, faxineiras, babás, cozinheiras, passadeiras, etc. Conforme Costa e Vieira (2019, p. 273):

Por mais que o emprego doméstico contribua com a reprodução social de uma mercadoria especial, a força de trabalho, sua atividade não ocorre aos moldes capitalistas e se desenvolve no interior da família, uma instituição que não converte dinheiro em capital, não extrai mais-valia e não está imbricada na circulação, consumo ou troca da mesma.

Saffioti (2013) evidencia que no capitalismo dependente do Brasil, a reprodução da força de trabalho ainda segue padrões herdados do trabalho escravizado realizado por mulheres negras. Como essa atividade não se insere nas relações contratuais de trabalho típicas da fase de industrialização, o trabalho doméstico acaba ficando à margem do processo produtivo nos moldes capitalistas. Ainda que essa atividade seja remunerada, ela é paga com o salário de terceiros. González (2020) traz contribuições relevantes sobre o tema, como no Brasil essa atividade é exercida tipicamente por mulheres negras, ela observa que:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais e sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZÁLEZ, 2020, p.1).

Além disso, González (2020) chama a atenção para conformidade dessa dinâmica já que:

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa, de acordo com o sistema de dupla jornada [...] (GONZÁLEZ, 2020, p.1).

Embora as transformações tenham possibilitado reduzir as atividades domésticas, comparadas a décadas passadas⁸, esse movimento não se converteu em menos trabalho para as mulheres. Como essa força de trabalho é requisitada na medida em que as mulheres integram o sistema produtivo, surge a necessidade de se reduzir para o mínimo necessário as atividades da casa para que se possa trabalhar. Esse aspecto é perceptível nas narrativas das entrevistas; como as trabalhadoras domésticas dedicam maior tempo do seu dia aos cuidados de outras famílias, as falas descrevem como as demandas de seu próprio lar acabam tendo que ser comprimidas entre seus horários de almoço e pós-turno de trabalho.

Assim, destaca-se as dimensões referenciadas por Saffioti (2013) sobre as mulheres na sociedade de classes, o lugar de subvalorização que ocupam tem

⁸ A partir da popularização das tecnologias, seja por meio dos eletrodomésticos, que reduzem o tempo dedicado às atividades domésticas, seja pelas creches e escolas, que possibilitaram a inserção das mães no mercado de trabalho

raízes na própria dinâmica econômica que se inserem. Na mesma perspectiva, as mulheres negras são conformadas no capitalismo como força de trabalho ainda mais barata e necessária às famílias brancas e de classe média/alta.

Para além desses aspectos, destaca-se as questões subjetivas que permeiam o cuidado. Um dos autores que abordou o impacto do trabalho na subjetividade das empregadas domésticas foi o psiquiatra francês Louis Le Guillant. Souza e Athayde (2017) explicam que, no estudo de campo do pesquisador, foi constatado que o *ressentimento* é um sentimento presente na vida das empregadas domésticas. Por mais que essas trabalhadoras já tenham abandonado essa ocupação, esse período passa a marcar suas subjetividades. Elas vivenciam emoções complexas e opostas, como admiração, inveja, ciúmes, ódio e amor em relação aos patrões, além de experimentarem o carinho pelas crianças da família. Por mais que haja uma proximidade com os patrões, a dependência e o isolamento que enfrentam por exercerem uma atividade privada dificultam qualquer forma de organização coletiva. Nesse sentido, os conflitos que surgem no ambiente de trabalho acabam sendo enfrentados de forma individual. Para Le Guillant (2006 apud SOUZA; ATHAYDE, 2017), essa relação passa a ser internalizada e traduzida no adoecimento psíquico.

A relação patroa e empregada é bastante presente nas entrevistas, embora não tenha sido perguntado diretamente, as trabalhadoras citam os eventos de vida dos seus patrões. Determinada por essas relações de trabalho, participaram como espectadoras nesses lares, já que tampouco *são* concretamente parte da família. Sobre essa narrativa, Cruz (2016, p. 98) afirma que:

Expressões como “quase da família” ou “como se fosse da família” representam a *ambiguidade que ronda o trabalho doméstico: ao mesmo tempo em que demanda uma relação afetuosa e carinhosa das domésticas, também impõe a separação entre membros da família e as trabalhadoras*. ‘Quase’ e ‘como se fosse’ atuam como limite da afeição construída entre domésticas e patrões; ‘quase’ e ‘como se fosse’, mas não é. Esses discursos negam direitos e também o próprio status de empregadas domésticas com suas garantias, porquanto atuam como definidores e mantenedores de hierarquias e papéis sociais rígidos.

Dessa maneira, o trabalho doméstico exercido na casa das famílias de classe média e alta evidencia as contradições de ocupar o mesmo espaço físico, inserido nas relações sociais das famílias, contudo, a partir de distâncias sociais marcantes. Essas trabalhadoras vivenciam uma realidade distinta e que é atravessada diretamente pela sua condição de classe, raça e gênero.

Para além desses aspectos, a vida das entrevistadas é permeada pelos conflitos e dilemas que envolvem a atividade de reprodução em seu próprio lar. Enquanto mães solteiras, elas convivem com o cuidado integral de seus dependentes. O relato que envolve a participação do parceiro nas atividades é um assunto nas entrevistas. A entrevistada 3, por exemplo, relata que não podia contar com o apoio do pai de seus filhos, e que, ao contrário, ele representava um fardo extra. Enquanto estavam juntos, além de suas responsabilidades com as crianças, ela também precisava cumprir o papel de esposa, prestando cuidado a ele. De outro lado, coincidentemente, as entrevistadas 1 e 2, que no momento atual estão enfrentando o processo de separação, precisam acionar o judiciário para o recebimento da pensão dos filhos. Destaca-se o relato da entrevistada 1, que sofreu violência doméstica e convive com a violência psicológica de seu ex-parceiro a partir da manipulação que ele exerce com relação pai e filha, e da qual a mãe sente-se responsável.

A realidade das entrevistadas é perpassada por desafios que envolvem a maternidade. A entrevistada 3 narrou espontaneamente sua trajetória de vida, trazendo suas aflições com o primeiro filho

*E daí ia ser eu com o filho... Ai eu fiquei quase doida, eu quase pirei porque eu não queria mais. Não era por orgulho [...] **porque a gente é pobre, né? eu acho assim, que não devia ter nenhum...** (ENTREVISTADA 3)*

Ela descreve com carinho a relação com seus filhos, o que não deixa de evidenciar as dificuldades que envolveram conciliar a maternidade e o trabalho nas condições inseguras que ela vivencia. Nesse contexto, no relato, ela parece desacreditar inclusive sobre seus direitos maternos em meio às suas condições. Menandro (2018) explica que a reprodução humana também está sujeita ao sistema econômico, político, social e cultural, e é determinada por seu contexto histórico. Sobre esse assunto, a autora cita o uso de medidas de controle de natalidade aplicadas especialmente em países periféricos como o Brasil. Tratam-se de projetos eugenistas e de controle populacional entre a população pobre. Essas concepções estiveram presentes em políticas de natalidade e de planejamento familiar e, da mesma maneira, fazem parte de narrativas que recriminam as mulheres de classes populares que têm filhos. Esse controle também se expressa quando a mulher decide não maternar, como nos entraves que atravessam o tema do aborto entre as mulheres das classes populares. Nesse cenário, a falha na universalização do

acesso à contracepção e ao planejamento familiar eficaz transfere a responsabilidade inteiramente para as mães, individualizando a questão. Assim, desconsidera-se que as condições para o exercício da maternidade entre as classes populares continuam sendo extremamente adversas (MENANDRO, 2018).

Contraditoriamente, as “qualidades femininas de cuidado” são requisitadas no mercado de trabalho, contribuindo para a reprodução social das classes médias e altas que absorvem essa força de trabalho nas condições mencionadas. Não somente isso, mas são elas as responsáveis por gerar e criar a força de trabalho que é destinada aos subempregos. Como as possibilidades de ascensão social a partir do trabalho são restritas, as gerações futuras também enfrentam os desafios para acessar condições ideais para seu desenvolvimento. Assim, passam a ser conduzidos ao mundo do trabalho ainda na adolescência para contribuir com a renda familiar.

Sobre o processo de mudança de cidade, eventos que foram relatados ao longo das entrevistas, observa-se que, embora os marcos da “modernização” tenham representado o distanciamento da vida no campo, caracterizada por condições ainda mais arcaicas de atividade laboral, essa mudança transpôs os desafios relacionados ao acesso à terra e ao trabalho, a realidade vivenciada na capital do estado. Embora tenha havido ganhos, visto as condições de vida no campo em que as entrevistadas descrevem, fica evidente que elas reconhecem as adversidades cotidianas próprias da realidade na cidade.

O período de estágio na Casa da Criança trouxe elementos para ilustrar as vivências entre as mulheres da comunidade. Para além dos relatos levantados a partir das entrevistas, é possível elencar outras diversas problemáticas que chegam ao Projeto. Cita-se o caso de pelo menos três mães na amostra que, conforme se tem conhecimento, declararam sua atividade de trabalho como donas de casa e, nesse contexto, trabalham prestando cuidado integral aos filhos com deficiência. Nesse arranjo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário mínimo, que é direito dessa criança, passa a ser a renda fundamental da família⁹. Outras mães enfrentam questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem das crianças e adolescentes, o que gera maior demanda por atenção e suporte financeiro por parte delas. Nesse contexto, elas enfrentam dificuldades para acessar

⁹ Pelos critérios de renda do BPC – um quarto do salário mínimo per capita –, a família pode, inclusive, perder o benefício caso algum de seus membros esteja trabalhando.

as políticas de saúde especializada e de assistência social. Como exemplo, cita-se os desafios pedagógicos entre crianças encaminhadas para o Centro de Avaliação, Reabilitação e Desenvolvimento da Aprendizagem de Florianópolis (CEDRA), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e outros serviços da rede. Há casos de crianças que esperam 3 anos pelo atendimento ou que nunca chegam a ser atendidas por não se enquadrarem nos critérios rígidos desses espaços, que já trabalham com demanda reprimida e incapacidade de absorver essa demanda. Esse contexto gera impactos perceptíveis no processo de desenvolvimento pedagógico e social das crianças e dos adolescentes.

Como o trabalho do cuidado está fora do processo de valorização do Capital e uma vez que, esse é o objetivo essencial na sociedade capitalista, essa atividade passa a se caracterizar pela subvalorização, apesar de exercer um papel fundamental na vida social. Destaca-se que as mães que declararam outras atividades profissionais como faxina e emprego doméstico *também* exercem o papel de donas de casa, especialmente quando assumem a maternidade solo. No âmbito de suas relações familiares, elas enfrentam dificuldades relacionadas à sobrecarga emocional, o que se agrega à desresponsabilização parental, à violência doméstica e à violência presente no próprio território. Dessa maneira, o processo de reprodução social das mulheres trabalhadoras do Morro da Penitenciária ocorre em condições complexas, que marcam sua subjetividade e as vivências no lar e na comunidade.

A Casa da Criança exerce um papel importante na comunidade, sendo um referencial para as famílias. Como atende no contraturno escolar, além de possibilitar um espaço seguro para as crianças enquanto os responsáveis estão no trabalho, são oferecidas a elas oficinas de aprendizagem, socialização e formação. Embora a instituição seja fundamental, é observado que existe um conjunto de determinações que atravessam as vivências das famílias do Morro da Penitenciária. O agravamento da questão social, a precarização das condições de trabalho e a destruição das políticas públicas são elementos próprios da formação capitalista e que geram impacto sobre esse território e esses sujeitos.

Em referência a González (2020), reitera-se que o papel do Estado nesse contexto é contraditório: “os aparelhos ideológicos do Estado, na medida em que servem à manutenção das relações de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas de discriminação.” Ou seja, o Estado,

na função de mediação dos conflitos de classe, atua no sentido de legitimar as relações de produção que beneficiam as classes dominantes. O fortalecimento da proteção social foi pauta presente entre os movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores nos anos que antecederam a Constituição Federal de 1988, contribuindo para alguns avanços. Esses avanços, porém, passaram por ataques nos governos seguintes, isso se expressa no corte de financiamento, ataque ao serviço público e abertura para a iniciativa privada. Lourenço et al. (2017) citam medidas que pretendiam reduzir custos do Estado e ao mesmo tempo favorecendo o Capital ao desonerar grandes setores empresariais e financeiros. Da mesma forma, a Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017), ao precarizar as relações de trabalho, favorece os interesses vinculados à compra de força de trabalho barata e flexível, reduzindo os custos de produção e aumentando as margens de lucro (LOURENÇO et al., 2017).

Esse contexto significa aos trabalhadores a piora das condições de vida, o que é perceptível nas demandas profissionais do assistente social. O cotidiano vivenciado em campo de estágio na Casa da Criança revela elementos sobre a sociabilidade em que esses educandos se inserem. A atuação do Assistente Social exige não só o estabelecimento de vínculo com os usuários diretos (crianças e adolescentes, mas, sobretudo, com suas famílias e a comunidade como um todo, a fim de refletir sobre estratégias e práticas que fortaleçam os laços comunitários. Ao longo da pesquisa foi evidenciado iniciativas do Serviço Social ao longo da história da Casa da Criança que possibilitaram espaços de construção coletiva. É perceptível que as reivindicações levantadas pelos moradores do Morro da Penitenciária trouxeram frutos significativos para a vida local. Essas mobilizações comunitárias representam um caminho favorável à melhoria gradual das condições de vida. Nesse cenário, é evidente o papel crucial das mulheres nessas lutas. É visto que, além de enfrentarem questões complexas no mundo do trabalho, lidando também com as atribuições de seus papéis sociais enquanto mãe e esposa.

Os dados referentes às mulheres do Morro da Penitenciária, disponibilizados pela Casa da Criança, juntamente com as entrevistas facilitadas pela instituição, servem como importantes ferramentas para explorar diversos focos de atenção e análise. É evidente que as considerações não esgotam o tema que envolve as condições de reprodução entre as mulheres da comunidade, sendo cabíveis diversos outros elementos para análises futuras. A partir da proximidade com o

tema, reconhece-se a centralidade do trabalho de cuidado na rotina dessas mulheres, trabalho este que, seja desempenhado em seus próprios lares ou extraluar, é profundamente marcado pelas dimensões históricas e sociais, fazendo parte e caracterizando suas vivências cotidianas.

5 CONCLUSÃO

Diante das reflexões levantadas no decorrer da presente pesquisa, foi possível elencar alguns pontos fundamentais a compreensão da realidade vivenciada entre as mães que convivem em espaços de segregação socioespacial e econômica. Suas condições de vida são estritamente relacionadas ao meio em que nascem e se constituem. Foi verificado o movimento de migração expressos nas histórias pessoais relatadas, e que coincidem com as dinâmicas de formação e modernização da capital de Santa Catarina.

Ao situar historicamente as dinâmicas de reprodução da vida material na sociedade capitalista, é possível uma aproximação com as especificidades do Morro da Penitenciária atualmente. Kaczur (1995) foi uma fonte relevante para a pesquisa ao descrever, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, as percepções e vivências dessas mulheres já em 1995. Observa-se que as condições de reprodução das mulheres focadas na pesquisa foram impactadas pelas transformações no mundo do trabalho nos últimos anos. Destacam-se a flexibilização e a precarização do trabalho, com consequências específicas em categorias pouco tecnificadas, como os trabalhos domésticos e terceirizados. Além disso, as dinâmicas de mercantilização da terra, a especulação imobiliária e os altos custos de moradia são fatores que impactam diretamente a vida dessas mulheres e de seus dependentes. Como parte fundamental, percebe-se que o trabalho de cuidado da casa e dos filhos, exercido majoritariamente por elas, marca sua formação enquanto sujeitos. Inseridas nessa dinâmica, elas também enfrentam questões familiares que exigem *adequação* ou, que seja, sua *desadequação* aos papéis sociais de esposas e mães

Destacam-se ainda as percepções dessas mulheres sobre essa realidade, resultado da abertura e disponibilidade que elas demonstraram ao relatar suas histórias pessoais para a pesquisa. Os relatos merecem atenção especial, já que foram enriquecidos pelo vínculo e pela proximidade estabelecida com essas mulheres durante o período de estágio. Nas considerações sobre o conteúdo dos

dados e das entrevistas, é analisado alguns elementos que ficam mais evidentes no caminhar da pesquisa, como suas percepções próprias sobre trabalho, cuidado do lar, maternidade, casamento e diversos outros tópicos que não foram mencionados em preservação da identidade das entrevistadas.

Foram mencionadas ao longo da pesquisa diversas temáticas que demandam maior aprofundamento em pesquisas futuras. Cita-se, por exemplo, o crescimento da violência na comunidade, a marginalização e estigmatização das crianças e adolescentes que residem nesses espaços e as perspectivas de organização coletiva frente aos desafios atuais no território. Caberia maior apropriação sobre a natureza do perfil heterogêneo entre os moradores das comunidades em Florianópolis, o que poderia ser relevante para compreender o movimento migratório e a centralidade da questão racial no processo de ocupação desses espaços. Outro destaque poderia ser a violência de gênero, suas manifestações e impactos no cotidiano particular dessas mulheres, especialmente entre as mulheres negras. Assim, percebe-se que, ao se aproximar das condições de reprodução social, foi possível localizar múltiplas formas de exploração a que essas mulheres estão submetidas. Isso se expressa nas vivências individuais e coletivas e permite reafirmar que as condições de reprodução social dessas mulheres estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas do capitalismo em sua fase atual, o que molda não apenas suas condições materiais, mas também suas subjetividades. Além disso, ao se aproximar dessas histórias, fica evidente a importância de reconhecer essas mulheres como agentes de resistência, que, mesmo em condições adversas, desenvolvem estratégias para prover, cuidar e lutar por melhores condições de vida.

Por fim, a presente pesquisa se alinha à concepção de práxis profissional, ou seja, a prática cotidiana deve ser orientada pela compreensão aprofundada das condições materiais e simbólicas e, que no caso, são componente ativo na vida das mães e trabalhadoras residentes no Morro da Penitenciária. Dessa maneira, é possível qualificar a atuação profissional do Serviço Social nos diferentes espaços em que se atua.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. S. et al. **Organização Comunitária e Educação Ambiental**. Projeto Plano Comunitário de Preservação e Urbanização do Maciço Central de Florianópolis. Departamento de Geociências. Laboratório de Análise Ambiental. UFSC. Painel, 2ª SEPEX – UFSC, 2002.

ALMEIDA, I. T. L.; FERREIRA, R. L. Ocupação urbana e degradação ambiental: o caso do maciço Morro da Cruz em Florianópolis-SC. **Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade** – v.11 n.6, 2017.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLSONI, Gabriela B. **As famílias do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis e o Aluguel Social**: realidade pós-chuvas de novembro de 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB SUAS. Brasília, 2013.

CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto; MOLJO, Catarina Berta. Proteção social e Serviço Social no Brasil contemporâneo: O Sistema Único de Assistência Social em perspectiva. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, CUIABÁ, V. 4, n. 6, p. 145-168, Jan./jun. 2018.

COSTA et al. Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas: pauperização, precarização e superexploração. Belo Horizonte, **Rev. Interinst.** Psicol. vol.14, dez. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300012. Acesso em: 11 out. 2024.

COSTA, Renata Gomes da; VIEIRA, Monique Soares. As contribuições de Heleieth Saffioti para a análise do emprego doméstico no Brasil. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 23, n. 43, p. 271–284, 2021. DOI: 10.23925/ls.v23i43.52171. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/52171>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CRUZ, Mariane dos Reis. **Trabalhadoras domésticas brasileiras**: entre continuidades coloniais e resistências. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERNANDES CORREIA, Nathália de Lourdes; MARINHO DE SOUZA, Reivan. Repressão estatal e controle da pobreza no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 43–57, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31271>. Acesso em: 13 out. 2024.

FERRAZ, Ana T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serv. Soc. Soc.** n. 135, agosto 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Q8RDj8sWYg5RSZCBBPLdwTr/#> . Acesso em: 12 out. 2024.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos *et al.* Dialética da questão social e a unidade classe gênero e a raça. **Revista Temporalis**, Brasília – DF, ano 2021, n.42.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREITAS, Freitas, Renita de Cássia dos Santos. “**Às vezes discutimos, às vezes ignoramos**”: apropriação da categoria raça e repercussões do racismo nas famílias brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH - Departamento de Psicologia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15099>. Acesso em: 18 out. 2024.

GIANEZINI, Laís. **Entre o direito habitacional previsto e a realidade constatada - mulheres chefes de família na fila de espera por uma unidade habitacional na Comunidade do Morro da Penitenciária**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GONZÁLEZ, L. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher / Questões de teoria / As relações raciais no Brasil após a abolição / A mulher negra. In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. (p.20 – 38).

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r58I1Ax.pdf>. Acesso em 22 nov. 2024.

KACZUR, Eleonora C. **O Fazer Feminino no Morro da Penitenciária nos anos de 1994/1995**: uma perspectiva de gênero. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

LOURENÇO, Edvânia A. de Souza. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.** n. 130, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/c4fC4qXWqn8q9LZpW5XCqsx/?lang=pt#>. Acesso em: 18 out. 2024.

MAGALHÃES, L. F. A. Segregação socioespacial e luta por moradia na grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado. **Revista Ciências Humanas** - UFSC, Florianópolis, v. 49, n. 2 (2015). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n2p224>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Maio/Ago. 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política (Tomo I). São Paulo: Boitempo, 2011.

MENANDRO, Leila Marchezi Tavares. Planejamento familiar e controle da natalidade no capitalismo. **Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, Espírito Santo, jun. 2018.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinicius. Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. Brasília, **AGÊNCIA IBGE**, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 12 out 2024.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Introdução ao materialismo histórico dialético**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NORONHA, Heloisa. Chefe de família e salários mais baixos : quem são as mães do Brasil hoje. São Paulo, **Terra**, maio 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/chefe-de-familia-e-salarios-mais-baixos-quem-sao-as-maes-do-brasil-hoje,adb0cd94552c997bd760c2aa4819a61e0l33gw7p.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 18 out. 2024.

OLIVEIRA, Caroline. Bilionários brasileiros aumentaram suas fortunas em R\$ 177 bilhões durante a pandemia. São Paulo, **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/27/bilionarios-brasileiros-aumentaram-suas-fortunas-em-r-177-bilhoes-durante-a-pandemia>. Acesso em: 11 out. 2024.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PADUANI, Ana Maria D. **Grupo geração de renda e gênero**: uma alternativa de auto-sustentação. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social, Florianópolis, 2000.

RIBEIRO, Edaléa M. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A urbanização e a questão fundiária**. In: Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROSA, Marta Ferreira. Segregação socioespacial na política urbana: Contradições histórico-estruturais do programa Minha Casa, Minha Vida. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Programa Pós Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2015.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAITO, S. M. **Dimensão socioambiental na gestão de risco dos assentamentos precários do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis** - SC. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96095>. Acesso em 8 set. de 2023.

SANTOS, Priscila T. C.; SANTOS, Camila F. Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19. Florianópolis, *Revista Katálysis*, v. 26 n. 1, 2023.

SANTOS, A. L. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Florianópolis, 2009, 658p. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHEIBE, L. F. et al. **Aspectos Naturais e da Urbanização do Maciço do Morro da Cruz. Laboratório de Análise Ambiental (LAAM)** - Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <https://laam.ufsc.br/programas-e-projetos/aspectos-naturais-e-da-urbanizacao-do-macico-do-morro-da-cruz/>. Acesso em: 8 set. 2023.

SERRANO, Layane. IBGE: informalidade cresce e atinge mesmo patamar que trabalho formal no país. **Exame**, 2023. Disponível em: <https://exame.com/carreira/ibge-nivel-de-ocupacao-em-2022-chega-ao-maior-nivel-desde-o-periodo-pre-pandemia/>. Acesso em: 12 out 2024.

SOUZA, Paulo César Zambroni de; ATHAYDE, Milton. A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da psicologia do trabalho. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 6-19, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 nov. 2024.

TIETJEN, Elizonete. **A luta pela terra no Morro da Penitenciária e a contribuição do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social, Florianópolis, 1994.

ZOTTI, Larissa Salete. Diário de Campo. 2023 – 2024. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Florianópolis, 2024.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA – ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – Cep: 88040-900 – Florianópolis /SC
TELEFONE +55 (48) 3721-9540 - FAX +55 (48) 3721-9990
dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

QUESTIONÁRIO ABERTO - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nascimento:

Quantos filhos:

Estado Civil:

Profissão:

- Com o que você trabalha e qual é sua rotina de trabalho atualmente?
- Há quanto tempo você exerce essa profissão?
- Possui vínculo de trabalho? Se não, quando foi seu último vínculo?
- Como você divide seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa e os filhos, e quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao conciliar essas responsabilidades?
- Você já enfrentou algum problema de saúde relacionado ao seu trabalho, seja por estresse ou sobrecarga de responsabilidades?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade – Cep: 88040-900 – Florianópolis /SC
TELEFONE +55 (48) 3721-9540 - FAX +55 (48) 3721-9990
dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é subsidiar o Trabalho de Conclusão de Curso da discente Larissa Salete Zotti, matrícula 22251080, que se compromete a seguir a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares.

Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: entrevista semi estruturada, de forma presencial, entrevistas com no máximo cinco questões/perguntas, que podem ser respondidas entre 20-30 minutos. Solicito autorização de gravação de voz para transcrição posterior.

Esta pesquisa não prevê possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação na pesquisa. Pretendemos garantir a manutenção do sigilo e da privacidade da sua participação durante todas as fases desta pesquisa, tornando suas informações anônimas. Os possíveis benefícios decorrentes da sua participação na pesquisa é o conhecimento acerca dos desafios que envolvem o mundo do trabalho entre as mulheres do Morro da Penitenciária.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com os procedimentos envolvidos.

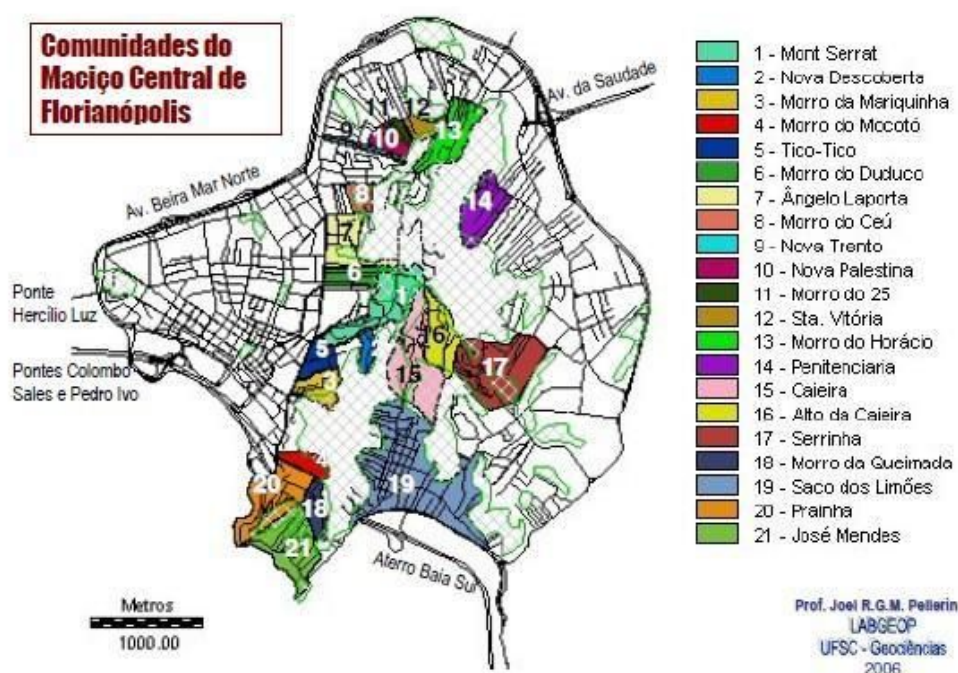
Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a aluna Larissa Salete Zotti, esta pesquisa está sob orientação do pesquisador Profº Dr. Ricardo Lara pelo email ricardolarauf@gmail.com. Esse Termo deve ser rubricado em todas as suas páginas e assinado em duas vias, sendo uma para o participante e outra para os pesquisadores.

() Concordo com o registro da minha voz e/ou imagem.

() Não concordo com o registro da minha voz e/ou imagem.

ANEXO A - COMUNIDADES DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006



Fonte: <https://laam.ufsc.br/programas-e-projetos/aspectos-naturais-e-da-urbanizacao-do-macico-do-morro-da-cruz/>- acesso em 03 maio de 2024

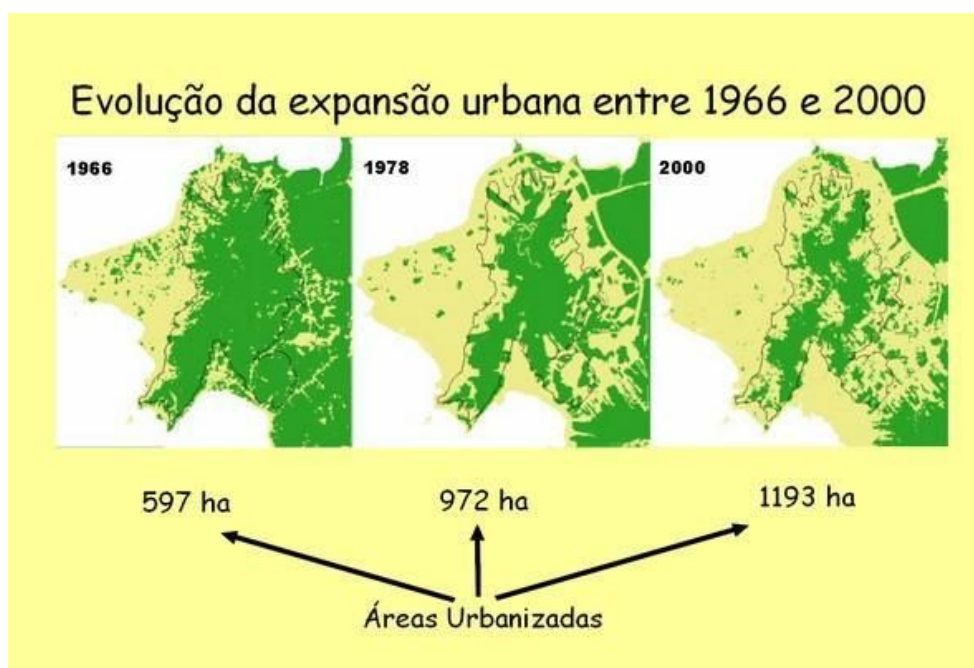
ANEXO B - COMUNIDADES DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006



Fonte:htt

ps://laam.ufsc.br/programas-e-projetos/aspectos-naturais-e-da-urbanizacao-do-macico-do-morro-da-cruz/. Acesso em 30 abr de 2024

ANEXO C - EVOLUÇÃO DA EXPANSÃO URBANA DO MACIÇO CENTRAL



Fonte:https

://laam.ufsc.br/programas-e-projetos/aspectos-naturais-e-da-urbanizacao-do-macico-do-morro-da-cruz/- acesso em 03 maio de 2024

